



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

A Paixão de Perpétua:

***Reflexões Sobre Elementos Públicos e Privados Referentes à Paixão de Perpétua e
Felicidade***

Karen Luana Duarte

Brasília – DF

Julho / 2025



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

Entre a Apocalíptica e a Biografia:

A Paixão de Perpétua

Karen Luana Duarte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Vicente Dobroruka

Brasília – DF

Julho / 2025

AGRADECIMENTOS

A Deus, Rei supremo de todas as coisas, que com sua bondade e amor guiou não apenas os grandes mártires, mas também pessoas comuns como eu, em tarefas que deveriam ser simples para todos, mas que, pelos meus próprios méritos, eu não seria capaz de realizar, como este trabalho.

À Imaculada Virgem Maria e a São José de Cupertino, padroeiro dos estudantes, a quem tanto recorri pedindo intercessão para alcançar a graça de concluir este TCC.

A todas as pessoas que a Providência colocou em minha vida, em especial:

Aos meus tios, que mesmo com suas limitações, foram instrumentos de Deus na minha criação.

Aos meus amigos da família Nascimento de Menezes: Lilian, Hugo, Samuel, Victor e Mércia. Pessoas amáveis e acolhedoras que acompanharam com carinho e atenção toda a minha jornada na universidade federal.

Ao meu orientador, professor Vicente. Obrigada por não ter desistido de mim. Sem sua paciência e boa vontade, este TCC não teria sido possível de forma alguma. Agradeço por ter suportado meus erros, mesmo os que se repetiram até que eu finalmente compreendesse suas orientações, e principalmente por ser um profissional verdadeiramente comprometido com o ensino. Um professor como o senhor me inspira a seguir na docência.

Ao meu namorado, Gustavo, por ter me incentivado e me dado todo o suporte nos momentos de desânimo, e por estar ao meu lado nos momentos em que mais precisei. É reconfortante saber que posso sempre contar com você.

Às minhas amigas Duda e Kamilla. No livro do Eclesiástico está escrito: “Um amigo fiel é uma poderosa proteção: quem o achou, descobriu um tesouro.” E foi exatamente isso que encontrei em vocês. Durante esses três anos de curso presencial, enfrentamos juntas muitos desafios — na universidade, no estágio e até no transporte público. A amizade de vocês foi um alívio nos momentos difíceis e uma fonte constante de apoio intelectual, emocional e espiritual. Sou profundamente grata por tudo que vivemos.

Porque virá tempo em que não suportarão a sã doutrina; mas, tendo coceira nos ouvidos, amontoarão para si doutores conforme as suas próprias concupiscências; e desviarão os ouvidos da verdade, voltando às fábulas. Mas tu, sê sóbrio em tudo [...] Porque eu já estou sendo oferecido por aspersão de sacrifício [...] Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé. (2 Tm 4.3–7)

RESUMO

Esta monografia analisa o texto *A Paixão de Perpétua e Felicidade*, em sua versão latina preservada entre os séculos XI e XII no mosteiro de Monte Cassino. A narrativa relata o martírio de Perpétua e de um grupo de cristãos durante as perseguições promovidas pelo Império Romano. O trabalho investiga a figura de Perpétua, avaliando sua provável historicidade a partir do contexto familiar e social das elites romanas dos primeiros séculos, bem como a atribuição da autoria do texto. A análise compara o conteúdo da narrativa com escritos de autores cristãos do Cristianismo Primitivo, como Tertuliano, Justino, o Mártir, Eusébio de Cesareia e o apóstolo Paulo, identificando semelhanças doutrinárias e históricas. Com base nas evidências apresentadas pelo texto, conclui-se que *A Paixão de Perpétua e Felicidade* se trata de um texto de pseudepigrafia cristã, ou seja, um texto atribuído a uma figura famosa, mas possivelmente escrito por outro autor, com finalidade de propagação da fé cristã.

Palavras-chave:

Cristianismo Primitivo; Martírio; Texto; Autoria

ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes the Latin version of *The Passion of Perpetua and Felicity*, preserved at the Monte Cassino monastery between the 11th and 12th centuries. The narrative recounts the martyrdom of Perpetua and a group of Christians during the persecutions carried out by the Roman Empire. This thesis examines Perpetua's figure, evaluating her probable historicity based on the familial and social context of the Roman elite in the early centuries, as well as the attribution of the text's authorship. The analysis compares the narrative's content with the writings of Christian authors from Early Christianity—namely Tertullian, Justin Martyr, Eusebius of Caesarea, and the Apostle Paul—identifying doctrinal and historical similarities. Based on the evidence presented in the text, it concludes that *The Passion of Perpetua and Felicity* is, in fact, a work of Christian pseudepigraphy: a text attributed to a famous figure but likely composed by another author with the purpose of promoting the Christian faith.

Keywords:

Early Christianity; Martyrdom; Text; Authorship

LISTA DE ABREVIATURAS

1 Cor — Primeira Carta de Paulo aos Coríntios

2 Tm — Segunda Carta de Paulo a Timóteo

AEC — Antes da Era Comum

An. — *De Anima* de Tertuliano

Apol. — *Apologético* de Tertuliano

At — Atos dos Apóstolos

CH — *Contra as Heresias* de Irineu de Lyon

Dial. — *Diálogo com Trifão* de Justino, o Mártir

EC — Era Comum.

Ex — Êxodo

HE — História Eclesiástica de Eusébio de Cesareia

Gn — Gênesis

HA — *História Augusta*

Lc — Evangelho segundo Lucas

Mt — Evangelho segundo Mateus

Orig. — *De anima et ejus origine* de Agostinho

Paixão — *A Paixão de Perpétua e Felicidade*

Prim. Apol. — *Primeira Apologia* de Justino, o Mártir

Seg. Apol. — *Segunda Apologia* de Justino, o Mártir

Serm. — *Sermão* de Agostinho

Spect. — *De Spectaculis* de Tertuliano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: A personagem histórica Perpétua.....	13
CAPÍTULO 2: Perpétua e o Papel das Mulheres nas Elites Romanas nos Primeiros Séculos: Família, Fé e Martírio.....	23
CAPÍTULO 3: A Paixão de Perpétua e Felicidade, Sonhos e a Pseudepigrafia Cristã.....	26
FONTES.....	27
BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA.....	27

INTRODUÇÃO

Durante os dois primeiros séculos da Era Comum, o Cristianismo esteve associado ao Judaísmo¹. Uma religião considerada lícita para o Império Romano por se encaixar no princípio de nação dominada com divindade própria². Contudo, os cristãos foram se mostrando cada vez mais interessados na ruptura. Durante o séc. II EC, os cristãos passaram a atacar o Paganismo e Judaísmo como resultado de uma defesa dos cristãos letrados contra as calúnias difundidas a respeito de sua prática e doutrina no Império Romano³. A partir de apologistas como Irineu de Lyon e Justino, o Mártir, as práticas cristãs e judaicas tornaram-se claramente distintas. Irineu de Lyon afirma que apesar de terem o mesmo deus, os judeus se afastaram dele com a intenção de conhecer somente o pai, sem o filho (CH, 4.7). Justino, o Mártir de forma mais clara, diz que os judeus são aqueles que não só não reconheceram o Cristo já vindo, mas que também são odiadores dos cristãos, que afirmam que de fato ele veio e foi por eles crucificado (*Prim. Apol.* 36). Por não aceitarem Jesus como o Messias, Justino, o Mártir classifica os judeus como insensatos e os culpa pela iniquidade de todos os homens (*Dial.* 17).

Quando os romanos perceberam que o Cristianismo era distinto das religiões já praticadas e aceitas, a religião cristã passou a ser interpretada como a mais prejudicial à existência do Império. Apesar dos romanos possuírem o costume de incorporar os deuses estrangeiros, em eventuais controvérsias eles poderiam passar a ser motivo de preocupação; os judeus vez ou outra eram atacados, vide a destruição do templo em 70 EC, o culto a Baco, suprimido pelo Senado em 186 AEC e os sacerdotes de Ísis que foram expulsos em diversas

¹ No *Apologético* (21.1), Tertuliano observa que a religião cristã só pôde dar os primeiros passos à sombra do judaísmo. Em At 28:17-22, Paulo apesar de ser cidadão romano é tratado como membro da comunidade judaica em Roma.

² Cícero (*De legibus*, 11.8) fala a respeito de uma proibição relativa a religiões não aceitas pelo Estado Romano, que abria margens com uma exceção que se tornaria costume: “Que ninguém possua deuses à parte, nem novos nem estrangeiros a não ser que sejam admitidos pelo Estado”. O Estado Romano passou a admitir em seu panteão deuses das nações dominadas, desde que não atrapalhasse a religião pública que envolvia sacrifício aos deuses do império.

³ Principalmente no reinado de Marco Aurélio, é possível verificar um aumento nas calúnias difundidas contra o Cristianismo.

ocasiões. Mesmo com os cristãos presentes na esfera pública⁴ desde os tempos apostólicos⁵, a população romana enxergava sua recusa na participação das atividades pagãs como excêntricos e excludentes. Os atos excêntricos eram: não venerar os deuses do império, vida reclusa, evitando festas⁶, pregar que seu deus estava acima dos deuses nacionais e terem a pretensão de ser uma fé universal (VEYNE, 2009, p. 246).

O sistema de crenças romanas estava fundamentado na obtenção de favores dos deuses, conquistados por meio dos sacrifícios oferecidos pelos cidadãos (SCHEID, 1998, p. 23). Apesar de os sacrifícios terem propósitos diferentes, pelo menos até o final do séc. III EC, acreditava-se que a vida religiosa e política de Roma estava assegurada pelos sacrifícios aos deuses e ao imperador⁷. Tendo em vista a dimensão geográfica e política do Império, bem como a variedade de deuses das regiões dominadas, o culto aos deuses tradicionais romanos e ao imperador tinha caráter obrigatório para a manutenção da coesão política e social, o que contribuiria para o sucesso do Império. A convicção era de que as divindades estavam envolvidas em todos os aspectos da vida cotidiana, desde os templos e rituais até as casas, comércios, guerras e praças (BELTRÃO, 2003, pp. 26-27), por isso existiam regras de convivência que envolvia respeito devido aos deuses, que podem ser resumidos aos sacrifícios⁸. Ao não respeitar as regras, os cristãos ameaçavam a *Pax Deorum*, que significava a harmonia entre os romanos e os deuses na *urbs*⁹. Além disso, significava também desrespeito para com o imperador, pois o sacrifício também era um ato de lealdade e reconhecimento da autoridade imperial. Uma vez que os cristãos eram uma ameaça para a existência do Império, pois rejeitavam os deuses que por séculos haviam garantido o sucesso

⁴ Em Filipenses (4:22), Paulo afirma: “Saúdam-vos, especialmente os da casa de César”, referindo-se a pessoas a serviço do Imperador.

⁵ Período em que os apóstolos estavam vivos e ocupados na disseminação dos ensinamentos de Jesus Cristo e fundação das comunidades cristãs. Os “tempos apostólicos” acabaram quando João, o último dos discípulos de Jesus, morreu por volta do séc. II EC (HE, 3.31:1-6).

⁶ Luxo, jogos, espetáculos de gladiadores e toda diversão vista como imoral.

⁷ O *status* de divindade do imperador poderia mudar de acordo com a condição de vida ou morte. Se estivesse vivo, o sacrifício servia para o colocar sob proteção dos deuses, dando a ele um caráter divino em menor grau junto aos deuses tradicionais. Quando morto, poderia ser incorporado de vez ao panteão, podendo ter templos, sacerdotes e sacrifícios ofertados diretamente a ele. O maior exemplo disso foi Júlio César deificado pelo Senado Romano em 49 AEC.

⁸ No *De Legibus* (2.3), Cícero utiliza o termo *urbs* para designar a estrutura física arquitetônica das cidades romanas.

⁹ Ao respeitar as regras de comportamento, como o respeito aos deuses, sobretudo em seus espaços, ao curvar-se sob a autoridade dos rituais, o cidadão garantia a ordem social e a *Pax Deorum* (BELTRÃO, 2003, p. 38)

de Roma (BEARD, 2020, p. 508), a perseguição passou a ser o meio de manutenção do Império.

Apesar das periódicas punições das autoridades romanas¹⁰, até o séc. II EC não houveram perseguições sistemáticas contra os cristãos. Como o procedimento não foi padronizado, a fonte mais antiga sobre o tema é uma carta do governador da Bitínia e do Ponto, Plínio, o Jovem, ao imperador Trajano, em 112 EC. Nela, Plínio solicita orientações sobre como agir juridicamente diante de denúncias contra os cristãos. Ele relata que adotou a prática de interrogar os acusados duas ou três vezes; os que confessavam a fé cristã, eram executados (*Epístola*, 10.96). Isso indica que a perseguição se dava apenas pelo uso do nome *cristão*, já que a crença não infringia nenhuma lei específica e não havia um padrão claro para a repressão¹¹.

Durante o décimo ano do reinado de Septímio Severo, Eusébio de Cesareia afirma que houve uma intensificação dos martírios. No Egito, o governador Aquila perseguia e sentenciava a morte vários cristãos, dentre os citados, Leônidas de Alexandria, pai de Orígenes (HE, 6.1). Tertuliano observa que a população do Império Romano também manifestava antipatia pelos cristãos em Cartago. No *Apologético* ele relata a série de ataques políticos e físicos que aconteceram, ele descreve também o sentimento popular:

Se o Tibre chega às muralhas, se o Nilo não se eleva até os campos, se o céu não provê chuva, se há terremotos, se há fome ou peste, imediatamente grita-se, ‘Os cristãos ao leão’. Tantos para um? (*Apol.* 40).

Não há evidências que Septímio Severo seja o responsável direto por desencadear essas perseguições. No entanto, visto que o povo romano pedia pela morte dos cristãos, torna-se lógico que os responsáveis pela administração das províncias buscassem limitar o crescimento do grupo por meio de medidas legais, mesmo sem haver um padrão legal a se seguir.

Foi em meio a essas perseguições e levante intelectual dos padres da Igreja, que Tertuliano menciona uma mártir chamada Perpétua (*An.* 55). Ele não nos oferece nenhuma

¹⁰ Notadamente nos reinados de Décio (249 — 251 EC), Valeriano (253 — 260 EC) e Diocleciano (284 — 305 EC).

¹¹ Ainda sobre a *Epístola*, Plínio, o Jovem afirma nunca ter atuado contra os cristãos e pergunta a si próprio se deve punir o cristão enquanto tal, mesmo sem delito. Evidenciando mais uma vez que é somente devido a autodenominação como cristão.

informação sobre ela que não seja o fato de ser uma mártir e de haver sido lhe revelado que no paraíso encontraria seus companheiros, ele não menciona quem são. No entanto, existe um texto chamado *A Paixão de Perpétua e Felicidade*¹², que atribui sua própria escrita a ela.

O martírio de Perpétua também é mencionado por Agostinho (*Orig.* 12) que viveu na província romana da África Proconsular, Cartago. Apesar de Eusébio de Cesareia no séc. IV narrar as diversas perseguições sob Septímio Severo que ocasionou diversos martírios na África, ele não faz referência alguma a Perpétua. Isso pode se dar, por duas hipóteses: A primeira é uma possível desconfiança quanto a existência dela, porém, isso não foi um empecilho para as citações feitas por Agostinho e Tertuliano. Já a segunda hipótese é de que Eusébio simplesmente não conhecia o martírio de Perpétua, o que leva ao entendimento que *A Paixão de Perpétua e Felicidade* pode ser uma narrativa local de uma cidade específica. Dado as primeiras menções de sua existência nos sermões de Agostinho e em Tertuliano nos séculos terceiro e quarto, é provável que seja Cartago.

As versões do texto, são obviamente posteriores à época do martírio, uma em grego, descoberta somente no séc. XIX EC, e nove em latim. A tradução latina mais completa é a encontrada no Monte Cassino nos séc. XI-XII EC. Circulavam também no séc. IV EC, versões curtas da *Paixão*, conhecidas como *Acta*, provavelmente usadas para fins litúrgicos nos dias de festa em memória dos mártires, porém com informações imprecisas (GOLD, 2018, p. 20). O texto em grego, tem a escrita homogênea, léxico erudito e teologia bem trabalhada, se encaixando na descrição de um texto adaptado ao decorrer das épocas. Ao passo que o texto latino conta com ausências que podem ser explicadas pelo fato de ter sido escrito para uma comunidade já familiarizada com o relato, logo não precisam de informações adicionais, por exemplo, o local onde se deu os acontecimentos. Dessa forma, Robinson (2004, p. 13) afirma que o texto grego é uma cópia posterior e que o texto latino encontrado no Monte Cassino seria o texto original.

Segundo Robinson (2004, pp. 1-58), na reimpressão do texto latino de 1664, através do prefácio, Valois sustentou a tese de que o editor da obra foi possivelmente Tertuliano¹³, que

¹² A partir de então, o texto será referenciado com o nome completo ou somente como *Paixão*, o leitor não deve entender por com essa palavra outra coisa que não o texto *A Paixão de Perpétua*.

¹³ Também Jesuítas do grupo Bolandista, responsáveis por revisar diversas histórias de martírio e santos do cristianismo primitivo, analisaram a *Paixão*. Para mais estudos a respeito dos Bolandistas

aderiu ao pensamento montanista¹⁴. No séc. XVIII, Samuel Basnage chegou a afirmar que os próprios mártires eram montanistas. Historiadores como Henri-Irénée Marrou e Jean Daniélou não chegaram a fazer afirmações tão enfáticas, mas constataram que no texto há uma perspectiva montanista marcante. De qualquer forma, isso levanta suspeitas quanto à presença de elementos do Montanismo nos escritos.

Desse modo, a presente pesquisa se propõe a analisar o texto *A Paixão de Perpétua e Felicidade* com o uso da tradução latina. Serão investigados precisamente as nuances que envolvem a existência da personagem Perpétua e a sua relação com o texto do Monte Cassino, por se tratar da obra mais completa a fornecer detalhes que possam indicar alguma historicidade na provável vida da mártir Perpétua.

O presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, abordarei a personagem atribuída a Perpétua, considerando a possibilidade de sua existência, discutindo seu nome, posição social, a provável data e o local dos acontecimentos que compõem sua história. Como sua existência não é plenamente confirmada, o texto *A Paixão de Perpétua e Felicidade* servirá como base para a análise de sua trajetória. Além disso, será debatida a intenção do autor ao escrever esse relato.

O segundo capítulo explora Perpétua no contexto das mulheres das elites romanas, destacando sua posição na sociedade, e supondo sua existência, as implicações de sua fé cristã. A partir da análise da narrativa de seu martírio, observa-se como sua experiência reflete tanto as normas sociais romanas quanto os valores cristãos. O foco recai sobre as questões familiares, como o casamento e a ausência do marido, discutindo possíveis influências do Montanismo que podem ter impactado sua vivência.

Os sonhos desempenham um papel significativo no contexto da *Paixão de Perpétua e Felicidade*, destacando-se como um elemento importante da narrativa que merece uma análise mais aprofundada. Assim, no terceiro capítulo, farei uma exposição sobre o uso da

ver Hippolyte Delehaye. *Sanctus: Essai sur le culte des saints dans l'antiquité*. Brussels: Société des Bollandistes, 1927.

¹⁴ Cirilo de Jerusalém, em sua *Catequese* 16, referiu-se ao movimento conhecido como Montanismo. O nome vem de Montano, seu fundador no séc. II EC. O próprio movimento se autodenominava *Nova Profecia* ou simplesmente *A Profecia*, mas Cirilo e outros escritores cristãos o identificaram com o nome de seu líder. Para mais informações ver Jacques-Paul Migne. *Patrologiae Cursus Completus: Series Graeca*. Vols. 10 e 33. Paris: Imprimerie Catholique, 1857.

pseudoepigrafia na *Paixão de Perpétua e Felicidade*, abordando também sua presença no mundo cristão, com destaque para *Carta aos Hebreus* atribuídas erroneamente ao Apóstolo Paulo.

CAPÍTULO 1: A personagem histórica Perpétua

As poucas informações disponíveis sobre a Perpétua histórica, supondo que ela tenha existido, encontram-se na seção 2 da *Paixão*. Segundo o relato, Víbia Perpétua era uma mulher de vinte e dois anos, de origem nobre. Tinha pai, mãe e dois irmãos, sendo que um deles também era catecúmeno. Ela era casada, mãe de um bebê e possuía educação privilegiada. Apesar dessa declaração, não é especificado o nível ou o grau de instrução que ela recebeu. No entanto, a partir da mesma seção, o autor afirma que ela mesma é quem escreve todos os eventos de seu martírio¹⁵ (*Paixão*, 2.1-3).

Na *Paixão*, o autor afirma que Perpétua foi presa com outras cinco pessoas, são eles: Revocatus e Felicidade¹⁶, Saturnino, Secúndulo e depois Sático que só aparece na narrativa na seção quatro. As informações que sabemos de Felicidade é que estava grávida e teve seu filho ainda na prisão, também sabemos que era companheira de servidão de Revocatus. Enquanto que de Saturnino e Secúndulo nada sabemos, além do fato que foram presos junto com Perpétua (*Paixão*, 2.1). A *Paixão* não nos fornece detalhes a respeito da conversão de cada um, somente que se preparavam para o batismo e Sático era o mestre.

Seguindo a narrativa, enquanto estavam sendo vigiados¹⁷, o pai de Perpétua insistia que ela negasse sua fé cristã. Ela se recusou e declarou com firmeza: *sou cristã*. Na ausência do pai, Perpétua foi batizada (*Paixão*, 3.1-5). Em seguida, junto com os outros prisioneiros e seu bebê, foi levada para as masmorras. No entanto, por meio de suborno e por poucas horas, conseguiu ser transferida para um local melhor, onde pode receber visitas. Assim, um de seus irmãos e sua mãe puderam vê-la, e ela confiou à mãe os cuidados de seu filho (*Paixão*, 3.6-9). Poucos dias depois, Perpétua foi interrogada, e seu pai tentou, mais uma vez, convencê-la a renunciar sua fé, sem sucesso. Durante o interrogatório, todos confessaram ser cristãos. Quando chegou sua vez, seu pai novamente implorou que fizesse a oferenda aos deuses e ao imperador, mas Perpétua recusou mais uma vez (*Paixão*, 5.2).

¹⁵ O que inclui relatos pseudepigráficos, que serão discutidos no terceiro capítulo.

¹⁶ O nome de Revocatus foi mantido na versão latina para não atrapalhar a interpretação com o “aportuguesamento”, nesse caso específico.

¹⁷ Provavelmente pelos responsáveis por sua prisão.

Diante de Hilariano, recém-empossado como procônsul no lugar de Minício Opimiano¹⁸, Perpétua declarou abertamente sua fé cristã, enquanto seu pai, angustiado, tentava de todas as formas convencê-la a desistir. Ao testemunhar a atitude do pai, Hilariano ordenou que fosse espancado com uma vara e, além de condenar Perpétua, sentenciou todo o grupo de prisioneiros a participar como lutadores nos jogos em homenagem a Geta (*Paixão*, 6.5, 7.9)¹⁹. Durante o período em que esteve presa, Perpétua teve quatro sonhos que, para ela, eram uma antecipação do que aconteceria nos jogos.

A partir da forma como os acontecimentos são relatados na *Paixão*, também é possível identificar pistas sobre a autoria e a construção da narrativa. A composição do texto revela que, no mínimo, três pessoas participaram de sua elaboração. Isso se evidencia pelo fato de que a *Paixão* só menciona Perpétua como autora a partir da sessão 2. Além disso, na sessão 11, o texto indica que Sátiro escreve sua própria visão. No entanto, ainda há a introdução e o relato do exato momento em que ocorreu martírio, cuja autoria não poderia ser de nenhum dos martires, portanto, permanece desconhecida. Dos possíveis autores, Perpétua é a única identificada com nome e sobrenome. Além dela, apenas Minício Opimiano é mencionado com um sistema de nomenclatura dupla, o que pode indicar que ambos pertencem à mesma classe social e, dentro do contexto da obra, ocupam um patamar semelhante de relevância social. O fato de Perpétua, entre os possíveis autores, ser a única nomeada com sobrenome provavelmente está relacionado à construção da sua imagem como uma figura de origem nobre²⁰, o que sugere uma provável cidadania romana.

Antes de Sêrvio Túlio²¹, o direito à cidadania romana era exclusivo dos patrícios. No entanto, após seu governo, os plebeus de Roma passaram a poder adquiri-la. Em 89 AEC, a cidadania foi estendida a toda a Itália, ao sul do rio Pó, quarenta anos depois às regiões da Península além do Pó. A cidadania romana podia ser adquirida por nascimento, adoção,

¹⁸ A grafia latina é *Minuti Timiniani*, enquanto a versão grega aparece como Μινουκίου Ὀπιμιανοῦ (*Minicio Opimiano*). Heffernan (2012, p. 50) afirma que a forma latina é uma corruptela, e Rives considera certo que se refere ao governador da África Proconsular, Minicio Opimiano (1996, pp. 1-4).

¹⁹ Filho de Septímio Severo, que foi imperador de 193 a 211 EC.

²⁰ Durante o governo dos Severos se tornou moda entre as mulheres da elite o uso de polinômios. para estudo aprofundado ver Mika Kajava. *Roman Female Praenomina: Studies in the Nomenclature of Roman Women*. Rome: Instituti Romani Finlandiae, 1994.

²¹ Sêrvio Túlio foi sexto rei de Roma no período compreendido entre 578 e 534 AEC, consolidou o poder real e promoveu reformas sociais e militares, como a organização da sociedade em classes censitárias.

naturalização ou alforria, sendo essas últimas formas posteriores ao nascimento²². Somente durante o reinado de Antonino Caracala²³ a cidadania foi concedida aos membros das cidades mais importantes de todo o Império Romano (GIORDANI, 1968, p. 184). O mais provável é que Perpétua tenha adquirido a cidadania por nascimento, pois seu nome sugere uma ligação à família dos Vibii. É possível verificar que ao menos três membros dessa família chegaram ao posto de procônsules antes do reinado de Vespasiano, sem registros posteriores (BARNES, 1971, p. 70). Portanto, se Vibia Perpétua for descendente de algum desses três Vibii conhecidos, a cidadania romana já estaria presente em sua família há mais de um século antes de seu nascimento, confirmando a declaração da *Paixão* sobre sua alta posição social.

Após a sentença ser proclamada pelo procurador Hilariano, que ocupava o cargo de Governador²⁴, Perpétua foi transferida para uma prisão militar, pois estavam sendo organizados os jogos em homenagem ao aniversário de Geta (*Paixão*, 7.9). A partir dessas informações, é possível extrair dois dados principais que servem como base para conjecturar possíveis datas para o surgimento da *Paixão*: os jogos em honra a Geta e o fato de Hilariano ser recém-empossado no cargo.

Os jogos eram considerados um *Munus*, que significa dívida, tributo ou obrigação, e podiam ser realizados por motivos religiosos, políticos e, sobretudo, como uma obrigação para com os mortos, sendo o modo pela qual as classes altas prestavam homenagem aos familiares falecidos. A partir de 105 AEC, os jogos de gladiadores tornaram-se eventos públicos (CARCOPINO, 1990, p. 246). Durante a República, magistrados frequentemente patrocinavam jogos como uma estratégia para obter o apoio popular nas disputas políticas e militares que marcaram as guerras civis. Sob o reinado de Otávio Augusto, todos os jogos passaram a ser realizados em nome do príncipe, que designava procuradores responsáveis pela organização dos jogos, incluindo a aquisição de feras e gladiadores.

Esse pano de fundo político e simbólico dos jogos também ajuda a contextualizar os acontecimentos descritos na *Paixão*. O príncipe homenageado nos jogos, Geta, recebeu o título de César de seu pai, Septímio Severo, em 198 EC (HA, *Antonino Geta*, 5.3), e já aparece com esse título no texto da *Paixão*. Septímio Severo pretendia, após sua morte, que

²² Já a perda da cidadania poderia ocorrer por motivo de perda de liberdade. Ou seja, em caso de aprisionamento de guerra, escravização, judicial, desterro ou qualquer castigo em virtude de faltas graves.

²³ Antonino Caracala, irmão de Geta, foi imperador romano de 198 a 217 EC.

²⁴ Que exercia a função de Juiz Supremo.

Antonino Geta governasse ao lado do irmão Antonino Caracala²⁵, o que não aconteceu. Caracala fez com que Geta fosse assassinado em 212 EC²⁶, passando a governar sozinho. O intervalo entre a concessão do título e a morte de Geta (198–212 EC) nos oferece um recorte cronológico plausível para os eventos narrados, permitindo situar a *Paixão* no início do séc. III EC.

O fato de Hilariano ser recém-empossado também oferece um indicativo para um recorte temporal mais preciso. No *Ad Scapulam* (3.1), Tertuliano menciona um governador chamado Hilariano. Considerando que Tertuliano viveu entre 160 e 240 EC e que era natural de Cartago, é plausível que se trate da mesma pessoa mencionada na *Paixão*. Já Opimiano é provavelmente descendente de um procônsul anterior, Tito Sálvio Rufino Minício Opimiano, morto no início do séc. II EC²⁷. O historiador Werner Eck reconstruiu a genealogia de T. Sálvio, que atuou como procurador na Ásia sob o reinado de Trajano, e teve um filho, Minício Opimiano, cônsul em 155 EC, e um neto homônimo que foi procônsul da África em 202 EC, tendo morrido em 203 EC. Como o cargo de procônsul era de alta importância e não podia permanecer vago por muito tempo, presume-se que o julgamento e martírio de Perpétua tenham ocorrido ainda em 203 EC, no mesmo ano da morte de Opimiano. Parte-se do pressuposto de que Hilariano tenha assumido o cargo poucos dias após a morte do antecessor.

Além das evidências históricas e administrativas, registros historiográficos antigos também ajudam a confirmar a datação do martírio de Perpétua. Um dos textos mais antigos a indicar uma data é o *Epitoma Chronicon*, no qual Próspero da Aquitânia situa o martírio em 203 EC²⁸. De forma semelhante, Heffernan (2012, pp. 65–67) também propõe essa data para

²⁵ Septímio Severo quis apelidar ambos de Antonino devido a um sonho: depois de ter feito uma consulta e pedido que lhe fosse revelado quem seria seu sucessor quando morresse, viu, em sonho, que lhe sucederia um Antonino. Imediatamente apelidou seu filho Caracala de Marco Aurélio Antonino. Advertido por sua esposa Júlia que essa era uma injustiça com Geta, pois lhe impossibilitaria de suceder o pai pela falta do nome, ordenou que também Geta fosse chamado de Antonino (HA, *Antonino Geta*, 1.3-6).

²⁶ Após a morte de seu pai, dirigiu-se ao acampamento da guarda pretoriana para se queixar aos soldados de que estava sendo vítima de uma conspiração de Geta. Dessa maneira, conseguiu que seu irmão fosse assassinado no palácio. No acampamento, afirmou a todos que seu irmão tentou envenená-lo e agradeceu publicamente aos responsáveis pela morte de Geta (HA, *Antonino Caracala*, 2.4-5).

²⁷ Para estudo aprofundado sobre o assunto ver Werner Eck. *Ergänzungen zu den Fasti Consulares des 1. und 2. Jh. n. Chr. Historia*, 24. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1975.

²⁸ Próspero da Aquitânia foi um cristão leigo do séc. IV EC, responsável por relatar diversos eventos do séc. I e II EC.

os eventos narrados na *Paixão*, acrescentando que a redação do texto deve ter ocorrido posteriormente.

Com base na data de composição do *De Anima*, de Tertuliano, o primeiro documento a mencionar o martírio de Perpétua, é possível estimar um intervalo para a redação da *Paixão*. Nesse sentido, Barnes (1971, pp. 38) sugere que o *De Anima* foi escrito após 203 EC. Como era comum na Antiguidade que algo só fosse redigido formalmente após alcançar certa notoriedade, é plausível supor que a história da morte de Perpétua já circulava oralmente e era amplamente conhecida na província onde Tertuliano vivia, antes da composição formal.

Barnes (1971, p. 45–55) também observa que os textos de Tertuliano só revelam a influência do Montanismo a partir de 210 EC. Como o *De Anima* não apresenta características típicas desse movimento, como a ênfase exacerbada em visões e profecias, é provável que tenha sido escrito antes dessa data. Um outro indício relevante é o erro de Tertuliano ao mencionar uma das visões da *Paixão*: ele atribui a Perpétua uma visão do paraíso (*An.* 55), quando, na verdade, o texto da *Paixão* atribui essa visão a Sático (*Paixão*, 11.9). Isso sugere que Tertuliano provavelmente não tinha acesso a uma versão escrita da *Paixão*, o que reforça a hipótese de que o relato ainda não havia sido composto por escrito em definitivo na época. Apesar das diversas possibilidades para esse erro, é importante notar o entusiasmo com que Tertuliano trata a figura de Perpétua, a quem descreve como “mais heróica” e “extraordinária para Cristo”:

Como é que a mártir mais heróica Perpétua, no dia de sua paixão, viu apenas seus companheiros mártires lá, na revelação que ela recebeu do Paraíso, se não fosse que a espada que guardava a entrada não permitia que ninguém entrasse ali, exceto aqueles que tinham morrido em Cristo e não em Adão? Uma nova morte para Deus, mesmo a extraordinária para Cristo, é admitida na sala de recepção da mortalidade, especialmente alterada e adaptada para receber o recém-chegado (*An.* 55).

Caso Tertuliano tivesse acesso a uma versão escrita da história, seria mais preciso na apresentação dos fatos. Como Barnes propõe a data de 203–206 / 207 EC para a redação do *De Anima* e admite que esse texto não necessariamente foi escrito após a publicação da *Paixão* (BARNES, 1971, p. 34), é razoável concluir que o relato da *Paixão* foi composto algum tempo depois dos eventos, conforme também defende Heffernan (2012, p. 65–67).

Como visto, na *Paixão* não há nenhuma menção ao local onde ocorreu o martírio. Mas a primeira menção de Tertuliano no *De Anima*, sugere que aqueles a quem ele foi direcionado,

possuíam um conhecimento prévio do martírio de Perpétua. A vida de Tertuliano é menos dúbia que a da mártir, sendo um notório apologista cristão que viveu em Cartago durante o reinado de Septímio Severo e seu filho Caracala, fazendo parte da cultura intelectual de seu tempo (BARNES, 1971, pp. 57-59). Visto que Tertuliano, ao citar o exemplo do martírio de Perpétua, também não fornece nenhuma informação de como, quando e onde, é provável que a comunidade cristã de Cartago já estivesse familiarizada com a história. A menção a Geta e Opimiano na *Paixão*, deixa claro que a história do texto se passa no Império Romano em algum lugar da África. Autores como Robinson (2004, p. 22), Heffernan (2012, p. 148) e Barnes (1971, pp. 68-70) são unânimes quanto à suposta localização ser a cidade de Cartago. Além disso, o fato de Hilariano também aparecer no *Ad Scapulam* de Tertuliano, reforça essa tese.

Embora tenha protagonizado uma das maiores rivalidades da história militar com Roma durante as Guerras Púnicas, Cartago já não era a mesma após sua derrota. Arrasada pelos romanos, a cultura cartaginesa foi perdendo de forma lenta e gradual seu espaço para cultura romana. Antes mesmo da época de possível existência de Perpétua, o latim já havia sido incorporado como idioma de uso cotidiano na província. Além disso, outras culturas se mesclavam e, por vezes, se sobressaíam à cultura púnica. Assim, Cartago tornou-se um ponto de interseção entre as culturas local, grega, romana e até cananéia (GOLD, 2018, p. 68).

O imperador Septímio Severo é uma personificação da Cartago proconsular. Por meio dos relatos de Cássio Dio e da *História Augusta*, é possível perceber a fusão cultural citada anteriormente em sua trajetória. Nascido na África, Severo veio de uma família rica, mas sem posição política no Império. Ainda na infância, possuía grande familiaridade com a cultura púnica e foi instruído na literatura latina e grega desde cedo (HA, *Severo*, 1.40). Considerando que Perpétua supostamente teria uma origem semelhante, sendo de uma família nobre norte-africana, é provável que ela também tenha recebido uma educação cultural similar, tendo contato com a pluralidade cultural púnica, que a aproximou do grego e do latim.

Septímio Severo foi primeiro imperador de ascendência púnica. Ele consolidou sua dinastia no trono após rebelar-se contra Dídio Juliano e guerrear contra Pescênio Niger e Clódio Albino. Os três foram aclamados imperadores quase ao mesmo tempo, após a morte do antigo imperador em 193 EC, Pescênio Niger no Oriente e Clódio Albino na Bretanha. Niger foi morto em 194 EC, durante a Primeira Guerra Pártica. Mas a guerra-civil teve seu fim somente quando Septímio Severo saiu vitorioso da Batalha de Lugdunum sobre Clódio

Albino em 195 EC. Em seguida, Severo realizou diversas operações militares na Arábia, deixando claro sua vitória sobre os Partos, que foi celebrada triunfante em Roma em 202 EC (HA, *Severo*, 6.1.7, 8.6-15, 9.9, 10.1-3.) Se essa é a razão pela qual durante os dez primeiros anos de seu reinado as perseguições estatais contra os cristãos estiveram em baixa, não se sabe. Fato é que durante todo esse período de instabilidade política no Império, os cristãos gozaram de certa liberdade religiosa.

Pelo menos até a primeira metade do séc. III EC, os cristãos do Império Romano se reuniam para praticar a religião em residências particulares, de modo que era preferível aquelas que pudessem abrigar o maior número de fiéis. Somente em época de crise se recorria às catacumbas para culto, pois primordialmente eram cemitérios (GIORDANI, 1968, p. 359). A prática religiosa consistia na fração do pão e do vinho (At 2:40 e 20:7-11)²⁹. Na primeira apologia, Justino, o Mártir, explica que se trata do culto à Eucaristia e dá mais detalhes sobre a crença:

De fato não tomamos essas coisas como pão comum e bebida ordinária, mas da maneira como Jesus, nosso Salvador, feito carne por força do verbo de Deus, teve carne e sangue por nossa salvação, assim nos ensinou que, por virtude da oração ao verbo de Deus – o alimento sobre o qual foi dita a ação de graças – é a carne e o sangue daquele mesmo Jesus encarnado (*Prim. Apol.* 65).

Só poderia ter acesso à Eucaristia as pessoas que aceitassem como verdadeiro os ensinamentos dos padres da igreja e tivessem o batismo (*Prim. Apol.* 66). Também Hipólito de Roma na *Traditio Apostolica*, oferece instruções do costume eucarístico, a fim de que seja conservado. Quando foi presa, Perpétua se preparava para ser batizada (*Paixão*, 2.1). As pessoas que se preparavam para isso recebiam o nome de catecúmenos e passavam três anos ouvindo o evangelho (*Trad. Apost.* 39)³⁰, portanto, é razoável crer que Perpétua tenha tido muita familiaridade com passagens bíblicas através da tradição oral.

A situação das comunidades cristãs mudou significativamente no décimo ano do reinado de Septímio Severo. Segundo Eusébio de Cesareia, nesse período, as perseguições contra os cristãos se intensificaram de forma abrupta. Veyne atribui essa hostilidade ao estranhamento dos romanos diante dos costumes cristãos, considerados excêntricos:

Os cristãos faziam parte do Império, mas sem os mesmos costumes, evitavam conviver com os outros, não participavam das festas ou dos

²⁹ Memorial da última Ceia e Paixão de Jesus Cristo.

³⁰ Para mais estudos ver Hipólito de Roma. *Tradição Apostólica*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

espetáculos, não veneravam os deuses nacionais, seu Deus não pertencia a determinada nação, diferente do deus dos judeus (VEYNE, 2009, p. 246).

Porém, a excentricidade nunca foi regra no modo de viver dos cristãos. Tertuliano, indignado com afirmações que diziam que eles eram improdutivos para os negócios, questiona como poderiam ser vistos dessa forma se, como outros homens, compartilhavam com os romanos o mesmo alimento, vestuário, condições de vida e necessidades vitais. Ele afirma categoricamente que os cristãos estão presentes em todas as esferas da sociedade:

frequentamos o fórum, as praças, dos banhos, as tabernas, as lojas, mercados; somos marinheiros, soldados, fazendeiros, comerciantes, oficiais: todos nós conhecemos as artes e oferecemos a vosso serviço nosso trabalho. (*Apol.* 42).

Apesar disso, o fato dos cristãos se reunirem secretamente e não em público conforme o costume romano, gerou desconfianças e hostilidades. De forma que, Eusébio de Cesareia relata que o governador do Egito, Áquila, perseguia e sentenciava a morte vários cristãos, dentre os citados, Leônidas de Alexandria, pai de Orígenes (HE, 6.1). Em 177 EC, antes mesmo do aumento das perseguições no reinado de Severo, os cristãos de Lyon relataram que foram expulsos das casas de banhos e das praças e alguns foram proibidos de se verem (HE, 5.1). Dado que a população romana frequentemente exigia a execução de cristãos, causando agitações, é plausível que as autoridades provinciais recorressem a medidas legais para restringir a expansão desse grupo.

Até o séc. II EC, nenhum governante local tinha autorização para executar a pena capital, e não havia lei ou decreto imperial que tornasse a prática do Cristianismo crime. Na maioria dos casos desse período os cristãos só foram presos e enviados para o governador e este também não tinha procedimento padrão a seguir nesses casos (BEARD, 2020, p. 507). Um dos poucos documentos que revela a conduta adotada é a carta do governador da Bitínia e do Ponto, Plínio, o Jovem, endereçada ao imperador Trajano em 112 EC. O conteúdo da carta era um pedido de aconselhamento, por parte de Plínio ao Imperador, de como proceder juridicamente frente às denúncias a respeito dos cristãos. O governador revela que o procedimento adotado até então foi o de interrogar pessoalmente os acusados se eram cristãos, aquelas que confirmassem por uma segunda ou terceira vez a pergunta, eram executados (*Epístola*, 10.96). Isso leva à conclusão de que o único crime pelo qual poderiam ser acusados e, possivelmente, condenados à pena capital seria o fato de se declararem praticantes do

Cristianismo, já que as denúncias dos provinciais sobre prática da fé cristã não se aplicam em nenhuma lei de forma clara, nem contava com um padrão específico a ser seguido.

Na *Paixão*, Hilariano adota um procedimento semelhante ao descrito por Plínio, o Jovem, em sua correspondência com o imperador Trajano. Ele pergunta duas vezes se Perpétua é cristã e, ao receber a confirmação pela segunda vez, anuncia sua sentença, condenando-a às feras. Um padrão semelhante aparece no martírio dos cristãos de Lyon. Eusébio narra que, antes da execução, o grupo foi insultado, golpeado e apedrejado pela plebe. Após o julgamento inicial pelos magistrados locais, foram encaminhados ao governador, que os interrogou individualmente. Aproximadamente dez deles negaram ser cristãos e foram libertos, enquanto os que confessaram a fé foram sentenciados à morte³¹. Também alguns servos do grupo foram presos, embora fossem pagãos. Ao serem pressionados, acusaram falsamente seus senhores de práticas incestuosas e de participação em banquetes canibalescos (HE 5.1), provavelmente uma referência distorcida à Eucaristia³². Esse modelo de interrogatório, baseado na repetição da pergunta e na ligação direta entre confissão de fé e execução, parece ter se consolidado desde a carta de Plínio, tornando-se o procedimento padrão nas perseguições oficiais.

Como visto, os outros catecúmenos presos com Perpétua possuem apenas um nome. Felicidade e Revocatus são identificados como escravos, tanto na *Paixão* (2.1) quanto pelo sufixo dos nomes, como o *atus* no caso de Revocatus. Já Saturnino e Secundulo não têm nenhuma outra pista que permita determinar sua origem, pois não possuem nomes duplos nem nomes terminados em *atus*. Como não há indicação de que sejam escravos, como Felicidade e Revocatus, a única especulação possível sobre seu status social é que poderiam ter nascido livres em uma família de pouco prestígio ou que, em algum momento, tenham sido escravos e depois foram libertos.

Apesar da diferença social, os cinco foram formados pelo mesmo professor, Sátiro, que não estava presente quando os catecúmenos foram presos. Com base nisso, e no estágio avançado da gravidez de Felicidade, que dificultava muito seu deslocamento, Heffernan (2012, p. 19) sugere que se tratava de um grupo coeso. Visto que o ambiente domiciliar era o único adequado para se receber instruções sobre a fé cristã, é provável que todos

³¹ Alguns foram queimados vivos, outros mortos por feras ou sentenciados a lutar contra gladiadores. Aqueles que possuíam o título de cidadãos romanos, eram decapitados (KYLE, 2015, p. 312).

³² Segundo Justino, o Martir é a carne e o sangue do próprio Jesus Cristo (*Prim. Apol.* 66).

pertencessem ao mesmo *domus*. O ambiente familiar poderia variar em número de membros, contendo de menos de 10 até 500 pessoas, contabilizando também os escravos, pois à medida que o Império Romano se expandia, a quantidade de escravos por família aumentava³³. Do que se pode depreender da *Paixão*, a única casa dos cinco jovens presos, com recursos suficientes para suportar uma reunião de instrução da fé cristã, era a casa de Perpétua. Uma vez que a *Paixão* afirma que um dos irmãos de Perpétua, embora não tenha sido preso, também era catecúmeno (2.2), tudo leva a crer que todos pertenciam ao *domus* de Perpétua.

Mesmo que façamos suposições, a verdade é que não sabemos como era a vida familiar de Perpétua. Ao invés de explorar a relação familiar na *domus*, a *Paixão* aparenta estar muito mais concentrada nas virtudes de Perpétua. Por exemplo, o pai e a mãe são mencionados no texto, no entanto, eles nunca aparecem juntos. Não sabemos sobre a relação dos dois na *domus*, mas enquanto o pai de Perpétua tenta fazer com que ela desista de professar o Cristianismo, a mãe parece conformada com a decisão da filha. Esse parece um recurso literário adotado pelo autor para evidenciar uma dualidade na família, de um lado as pessoas convertidas ao Cristianismo (mãe e irmão), do outro aquele que manteve o costume pagão³⁴. Se essa é a situação da mãe e do irmão, por que então esses também não foram presos? Acontece que a cada Perpétua que confessava sua fé de forma clara e firme existiam centenas de cristãos comuns que optavam por fazer os sacrifícios aos deuses tradicionais, permanecendo cristãos em seu íntimo (BEARD, 2020, p. 508). A mãe e o irmão de Perpétua podem pertencer a esse outro grupo.

Outro recurso utilizado na *Paixão* é o sonho. Os sonhos de Perpétua, descritos na obra, constitui em uma das partes mais emblemáticas de todo o texto, especialmente o quarto, do qual o elemento que mais chama a atenção é ela ter se transformado em homem (*Paixão*, 10.7). A historiadora Milagros Rivera, especialista nas questões de gênero, aponta que essa visão representa uma personificação da busca por uma existência livre e da luta contra um sistema patriarcal. Para ela, ser homem no período em que Perpétua supostamente viveu era a única forma de alcançar a liberdade. Enquanto Perpétua estava viva em seu sonho, sendo homem, acordada, como mulher, ela sofreu o martírio (RIVERA GARRETAS, 1993, p. 64). Contudo, essa interpretação parece precipitada e carece de uma compreensão mais profunda

³³ Para mais estudos ver Keith Bradley. *Slaves and Masters in the Roman Empire: A Study in Social Control*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

³⁴ Na patrística, o termo “pagão” costuma aparecer quando se refere a uma pessoa que adora os deuses greco-romanos; todavia, durante a República ele designou com mais frequência o que vivia da terra.

sobre a cultura cristã. A personagem Perpétua, em nenhum momento, demonstra insatisfação com seu papel de mulher ao longo de toda a *Paixão*, nem se mostra preocupada com questões de gênero. Perpétua demonstra constantemente preocupação com a salvação de sua alma, a ponto de não se importar em enfrentar o martírio. Além disso, o conceito de liberdade na antiguidade não era necessariamente o mesmo que na contemporaneidade, isto é, não era algo individual.

É provável que Perpétua tenha se identificado com essa imagem, porque no período estipulado para sua existência apenas homens podiam ser atletas. Gold (2018, p. 280) argumenta que o modelo do atleta era masculino, pois exigia qualidades como fortaleza e resistência, virtudes entendidas pelos romanos como alcançáveis somente pelo homem e que os cristãos consideravam essenciais para alcançar o Paraíso. Os romanos, inicialmente, viam com desconfiança a prática dos jogos, herdada dos gregos, por causa de sua associação com o homoerotismo. Quando adotados pelos romanos, os jogos adquiriram um caráter de culto à masculinidade, envolvendo um certo pudor conservador e paranoia em relação à efeminação (KYLE, 2015, p. 262). Por isso, ser atleta no Império Romano era uma prática exclusiva dos homens³⁵.

A figura do atleta aparece também em muitos textos cristãos, como nas cartas paulinas, em Justino, o Mártir e em Eusébio de Cesareia. Como Perpétua provavelmente teve contato com a tradição oral bíblica, ela certamente teve contato com as cartas paulinas, nas quais o atleta é uma metáfora comum para o cristão fiel. Essa associação pode ter ficado registrada em seu imaginário, levando-a a interpretar o símbolo de forma literal.

Na carta paulina aos Coríntios, Paulo utiliza os atletas como exemplo a ser seguido. Ele afirma que todos os atletas impõem a si privações, fazendo isso para alcançar uma coroa incorruptível (1 Cor 9:24-27), que, segundo a interpretação de Tertuliano sobre essa passagem, seria o reino do céu, a glória eterna (AM, 3.3). Seguindo a comparação paulina, Tertuliano diz que os atletas são submetidos a forçar seus corpos, suportar torturas e fadiga, e quanto mais treinam, mais esperam pela vitória (AM, 3.4). Apesar de na cultura romana os atletas serem exclusivamente homens, no Cristianismo as mulheres também poderiam ser comparadas a eles no que tange às virtudes. Eusébio de Cesareia menciona a carta dos mártires de Lyon dá destaque a Blandina, uma mulher que, segundo ele, foi torturada desde o

³⁵ Como era costume dos Romanos importar aspectos culturais de várias nações, essa é mais uma delas.

amanhecer, mas como uma nobre atleta, recuperava suas forças ao confessar: “Sou cristã, e nada de mal é feito entre nós” (HE, 5.1:19).

CAPÍTULO 2: Perpétua e o Papel das Mulheres nas Elites Romanas nos Primeiros Séculos: Família, Fé e Martírio

Na estrutura familiar da sociedade romana, esperava-se que o *paterfamilias* exercesse autoridade incontestável sobre sua família, impondo sua vontade sem questionamentos. No entanto, o relato sobre o pai de Perpétua, na *Paixão*, nos apresenta outra possibilidade. Como observa Heffernan, o pai de Perpétua não age como um homem romano de elite convencional, a ponto de o próprio Hilariano repreendê-lo e castigá-lo (2012, p. 52). Em vez de demonstrar o domínio e a rigidez típicos de um chefe de família romano, ele é retratado como submisso à filha, ao ponto de insistir desesperadamente para que ela renuncie ao Cristianismo, mesmo ao custo de sua própria humilhação e castigo físico. Tal é seu desespero que ele se joga aos pés de Perpétua chorando:

‘Não seja orgulhosa; não destrua a todos nós. Ora, nenhum de nós poderá falar sem restrição, caso você seja punida!’. Como um pai, dizia tais palavras por compaixão, beijando minhas mãos, jogando-se aos meus pés e chorando. Não mais me chamava de filha, mas de senhora (*Paixão*, 5.5).

Com base nos direitos de propriedade, o *paterfamilias* detinha grande autoridade dentro da família romana. A unidade doméstica era composta por pai, mãe, filhos e escravos domésticos, que habitavam a *domus*. Quando uma mulher se casava, passava a integrar a família do marido, configurando o tipo de casamento *manus*³⁶, o que implicava a transferência de sua tutela. Além disso, era comum a entrega de um dote ao marido ou a seu pai, fornecido pela família da noiva, para cobrir a manutenção da esposa e dos filhos na nova casa. Em caso de divórcio, o marido deveria restituir o dote à família da esposa (SALLER, 2011, p. 119).

Autores como Suzanne Dixon (2011, p. 252) analisam casos semelhantes e questionam interpretações excessivamente rígidas do passado. A interpretação rígida do *paterfamilias* desconsidera nuances das relações familiares no período em que a *Paixão* provavelmente está situada. O pai de Perpétua, por exemplo, é retratado como um homem preocupado com sua filha, o que não era incomum no Império Romano. Um exemplo notável dessa complexidade nas relações familiares é a ligação entre Cícero e sua filha Túlia³⁷. Ele sempre a envolveu em seus planos, demonstrando proximidade maior com ela do que com seu filho mais novo,

³⁶ Literalmente “mãos”. As mulheres passavam do poder de seu pai para as mãos, *manus*, de seu marido (DIXON, 2011, p. 251).

³⁷ Cícero foi um estadista, orador e filósofo romano, que viveu no final da República. Para mais estudos ver Anthony Everit. *Cicero: The Life and Times of Rome's Greatest Politician*. New York: Random House, 2001.

Marcos. Quando Túlia faleceu após o parto, Cícero tomou para si a culpa e ficou devastado pela dor, afastando-se da vida pública e política romana (BEARD, 2020, p. 313). Tal era sua tristeza que, segundo as fontes³⁸, ele se divorciou de sua segunda esposa, devido à falta de empatia dela diante da morte de Túlia. Posteriormente, Cícero escreveu a seu amigo Ático afirmando ter perdido a única coisa que o ligava à vida³⁹.

Se um homem como Cícero, de tamanho prestígio e posição política, não se envergonhou de demonstrar sua extrema afeição à filha, não é surpreendente que o pai de Perpétua faça o mesmo. Além do medo de perder a filha, ele também enfrenta uma humilhação extrema: O espancamento público. Na sociedade romana, tal punição era vista como degradante e aproximava a condição do indivíduo à de um escravo (HEFFERNAN, 2012, p. 26). Embora não implicasse automaticamente a perda da cidadania, era uma marca de desonra e rebaixamento social severo. Ainda assim, é provável que essa consequência lhe cause menos angústia do que a perspectiva de perder sua filha.

Assim como as relações entre pai e filha, a realidade do casamento romano era complexa e influenciada por diversos fatores sociais e demográficos. A alta taxa de mortalidade, a elevada fertilidade e a significativa diferença de idade entre os cônjuges desempenhavam um papel central na dinâmica matrimonial. Era comum que homens mais velhos, geralmente entre 20 e 30 anos, se casassem com mulheres significativamente mais jovens, muitas vezes com cerca de 12 anos de idade. Esse cenário frequentemente resultava em divórcios, tornando o casamento romano uma instituição fluida e sujeita a constantes reconfigurações (SALLER, 2011, p. 119).

Levando em consideração a alta taxa de mortalidade infantil e as mudanças às quais um matrimônio no Império Romano estava sujeito, é presumível que, quanto mais velhos os pais e os filhos, mais forte seja o vínculo afetivo entre eles. A *Paixão* indica que Perpétua tinha 22 anos de idade (2.3). Considerando que a idade mínima para o casamento masculino girava em torno de 20 a 30 anos, seu pai provavelmente estava na meia-idade, o que é reforçado pela menção aos seus cabelos brancos enquanto implorava para que Perpétua renunciasse à sua fé (*Paixão*, 5.2). Assim, o tempo de vida compartilhado entre pai e filha evidencia uma proximidade afetiva ainda maior, já que quanto mais tempo ambos convivem, mais se estreitam os laços. Isso fica evidente quando o pai de Perpétua diz:

³⁸ Cartas escritas pelo próprio Cícero a seus amigos mais próximos.

³⁹ Para estudo aprofundado ver Henry J. HASKELL. *This was Cicero*. New York: Macmillan, 1954.

Filha, tenha piedade de meus cabelos brancos; tenha piedade de seu pai, caso eu seja digno de ser chamado assim por você. Se com estas mãos a criei até a flor da idade, se preferir você a todos os seus irmãos, não me entregue ao opróbrio dos homens (*Paixão*, 5.1).

Outro fator que pode ter influenciado a atitude do pai é a menção à perda de um de seus filhos. Durante um sonho, Perpétua vê um de seus irmãos de sangue, que morreu ainda criança, o que evidencia um possível trauma familiar em relação à morte (*Paixão*, 6.5). Esse evento trágico provavelmente intensificou a angústia do pai, levando-o a agir de forma desesperada para evitar que Perpétua compartilhasse o mesmo destino. Assim, mesmo sendo um homem nobre e com um status elevado na sociedade romana, ele não se importou com a sua própria humilhação diante das autoridades. Provavelmente, para ele, qualquer sacrifício pessoal seria pequeno se isso fosse suficiente para salvar a vida de mais um filho, o que demonstra a força do vínculo paternal e o peso emocional da perda.

A atitude de Perpétua quanto às insistências de seu pai, a priori parece estranha e contrária a *pietas* romana⁴⁰ e até mesmo pode pôr em xeque o discurso cristão de obediência. No entanto, os cristãos entendem que a obediência não pode ser estendida a ações que contrariam a fé cristã. O próprio Cristo afirma que quem ama o pai ou a mãe mais do que a ele, não é digno dele (Mt 10:37), ou seja, a fidelidade a Deus tem prioridade sobre a autoridade familiar, por isso Perpétua nega aos pedidos insistentes de seu pai.

Como vimos, o casamento *manus* consistia no poder do marido sobre a esposa e filhos. No entanto, desde o séc. I EC, é possível notar uma decadência dessa organização conjugal. Na tentativa de criticar aqueles que idealizavam o passado familiar romano, o poeta Juvenal (séc. I EC) oferece exemplos da liberdade feminina no período em que vivia. Ele menciona o casamento de mulheres mais ricas do que seus maridos (*Sátiras*, 6.141)⁴¹, comparando-as a mulheres solteiras, pois, para ele, essas mulheres comprariam sua liberdade. Além disso, Juvenal satiriza as mulheres que assumem um papel autoritário no casamento, corrigindo constantemente os maridos e criando conflitos (*Satiras*, 6.451). Portanto, é claro que, no séc. I EC, havia uma crescente diversidade nas relações matrimoniais, com casamentos entre pessoas de diferentes classes sociais. A crítica de Juvenal a essas mudanças, embora satírica, reflete uma transformação nos padrões da sociedade romana.

⁴⁰ Uma questão que para os romanos envolviam dever, respeito e lealdade. No contexto familiar, *pietas* exigia que os filhos respeitassem e obedecessem aos pais, e que os pais, por sua vez, cuidassem dos filhos e garantissem sua educação e bem-estar. Avós e outros parentes também tinham obrigações de apoio quando necessário.

⁴¹ “Rica, ao avaro unida, é qual solteira.”

Apesar da costumeira retórica de repressão e tratamento subalterno das mulheres na Antiguidade Romana, no Império, muitas adquiriram liberdades sociais inimagináveis para aqueles que costumam ver o Império Romano de forma estereotipada. Um grande exemplo disso é Tulia, filha de Cícero, que morreu grávida durante o divórcio de seu terceiro marido. A submissão presente em tratados matrimoniais e na administração doméstica não desconsiderava completamente a vontade feminina, Cícero sempre se mostrou preocupado em casar Tulia com um homem que a agradasse. O declínio da tutela e do casamento *manus*, aliado ao nível de prosperidade econômica moderada alcançado por muitos além da elite, permitiu a diversas mulheres urbanas uma maior independência de movimento e propriedade. Perpétua pode ser um exemplo dessas mulheres.

Uma das mudanças mais marcantes na vida das mulheres casadas da elite foi o padrão de herança e propriedade. A alteração na posse de bens baseava-se na lei romana, que sempre tratou amplamente desse tema. Assim, as propriedades que a mulher possuía antes e durante o casamento permaneciam sob sua posse exclusiva. Para evitar a usurpação por parte do marido, nomeava-se um tutor responsável pela administração desses bens. No que se refere à herança, a mudança dizia respeito ao testamento. A mulher casada passou a precisar elaborar um testamento para garantir que seus filhos fossem seus herdeiros, em vez de seus irmãos ou de seu tio paterno, tradicionalmente seus tutores, que poderiam reivindicar sua propriedade caso ela morresse sem deixar um testamento (DIXON, 2011, p. 252). Esse tipo de casamento era conhecido como *sine manu*.

Apesar de muitas mulheres optarem por não exercer sua independência e delegarem ao marido a administração de suas propriedades, o casamento *sine manu* tornou-se o modelo mais comum no Império. Nesse regime, as mulheres permaneciam sob a autoridade do pai, caso ele ainda estivesse vivo, podendo gerir suas próprias propriedades.

Gradativamente, o divórcio tornou-se aceitável, de modo que, no séc. I EC, passou a ser comum entre a elite política do Império Romano. Um grande exemplo da popularidade do divórcio nesse meio, além dos casos de Cícero e sua filha, foi o caso de Júlio César. Júlio César se divorciou após a descoberta de um homem em um festival religioso exclusivamente feminino, do qual sua esposa era a anfitriã. Muitos afirmam que o homem era Públio Clódio Pulcher, que foi inocentado; no entanto, a decisão do divórcio manteve-se, pois “a esposa de César deveria estar acima de qualquer suspeita” (BEARD, 2020, p. 281).

Não há razão para pensar que, no meio cristão, o casamento tivesse uma configuração diferente, especialmente considerando a indignação e defesa de Tertuliano ao ouvir que os cristãos eram improdutivos para os negócios. Ele afirma claramente que os cristãos possuíam as mesmas condições de vida dos romanos (*Apol.* 42), o que também pode ser interpretado como uma referência à vida familiar.

Apesar de possuírem uma configuração familiar semelhante à dos romanos, Justino, o Mártir, ilustra que a chegada do Cristianismo era como a de um hóspede indesejado na casa. Ele conta a história de uma mulher que se tornou cristã e desejava que seu marido fizesse o mesmo. No entanto, ele se mostrou resoluto em não aderir à fé da esposa e em continuar com práticas descritas como contrárias à lei da natureza e ao que é justo. Diante disso, ela recorreu ao divórcio e passou a viver uma vida casta⁴². Despeitado, o marido a denunciou como cristã às autoridades (*Seg. Apol.* 2).

Eusébio de Cesareia menciona uma heresia⁴³ surgida na Frígia, que promovia falso êxtase, liderança feminina, glossolalia⁴⁴ e profecias que iam contra o costume transmitido pela tradição cristã e, por fim, o divórcio (HE, 5.16). Essa heresia passou a ser conhecida como Montanismo. Maximila e Priscila são citadas por Eusébio como exemplos de mulheres que, após receberem o que ele chama de um “suposto” Espírito Santo⁴⁵, abandonaram seus maridos e passaram a pregar de maneira que ele descreve como delirante, inoportuna e contrária aos ensinamentos da Igreja Católica (HE, 5.16.9)⁴⁶. Ou seja, mesmo que em uma vertente considerada herética⁴⁷ pelos pais da Igreja, a separação das esposas de seus maridos também esteve presente nas comunidades cristãs.

⁴² Sem se casar novamente ou possuir um parceiro romântico.

⁴³ Interpretação teológica dos ensinamentos cristãos considerada errônea.

⁴⁴ Que significa falar palavras ou sílabas aleatórias sem um real significado.

⁴⁵ Vale destacar que em Eusébio esse Espírito Santo, não é o mesmo que é retratado na tradição cristã como a terceira pessoa da Trindade que é um único Deus. Mas sim, um espírito enganador ou perturbador da mente (HE, 5.7.12).

⁴⁶ No sentido de Cristianismo Universal. Nas palavras de Eusébio: “O orgulhoso espírito ensinava também a blasfemar contra a Igreja católica inteira que se estende sob o céu, porque o espírito pseudopofético não tinha conseguido louvor nem entrada nela”.

⁴⁷ Além da descrição de Eusébio, o montanismo é considerado herético por diversos motivos: a aceitação do sacerdócio feminino, exemplificada pelas profetisas Maximila e Priscila; a rejeição à hierarquia estabelecida pelos bispos; e a defesa de novas revelações, o que contrariava a doutrina dos Padres da Igreja, segundo a qual a revelação se completou com Cristo e os apóstolos. O movimento também pregava o milenarismo, afirmando que o fim do mundo estava próximo e que a Frígia, região de origem do montanismo, seria a nova Jerusalém.

Nesse sentido, o historiador Robinson chama atenção para possíveis elementos do Montanismo na *Paixão*; no entanto, não menciona exatamente quais aspectos da obra poderiam ser característicos do movimento. Já Butler afirma haver uma aproximação entre Perpétua, Priscila e Maximila no que diz respeito às visões. Priscila teria visto Jesus em uma forma feminina, enquanto Maximila teria se visto como um homem (BUTLER, 2011, p. 76). Porém, Perpétua não vê Deus como uma mulher, mas como um homem, chefe dos gladiadores (*Paixão*, 10.13). Um elemento isolado, como as visões, não pode caracterizar algo como montanista, uma vez que elas também estão presentes na narrativa cristã convencional⁴⁸. Além disso, o fato de Perpétua se transformar em um atleta do sexo masculino indica apenas a tradição cristã de comparar-se a atletas em função das virtudes⁴⁹.

Butler também aponta que Perpétua ofereceu, por meio do simbolismo da transformação de gênero, um exemplo de empoderamento montanista para mulheres em uma sociedade e igreja patriarcal. No entanto, ele assume de forma precipitada a presença do Montanismo apenas pelo fato de a história narrada na *Paixão* ter como protagonista uma mulher, descrita, segundo ele, como líder, guerreira, vencedora e lutadora (BUTLER, 2011, p. 76). Contudo, a especificidade do martírio de Perpétua reside na universalidade das virtudes que ela apresenta, podendo ser seguidas tanto por mulheres quanto por homens cristãos. Na própria *Paixão*, fica evidente que o texto se trata de uma espécie de propaganda cristã, voltada para a edificação do ser humano em sua totalidade (*Paixão*, 1.1).

De qualquer forma, visto que Perpétua era uma mulher nobre, ela não necessitava do empoderamento montanista para ser líder e vencedora; sua condição de nascimento⁵⁰ já lhe conferia isso. Além disso, embora Perpétua seja a protagonista da história, ela não é a líder. A *Paixão* deixa claro que quem exerce a liderança do grupo é Sático. No texto, é mencionado que ele se entregou espontaneamente por Perpétua e seus companheiros de martírio, pois era o mestre. Talvez para evidenciar seu caráter de líder, no sonho de Perpétua, ele foi o primeiro a subir as escadas da arena e até aconselha sua pupila:

⁴⁸ Como, por exemplo, em Atos 9:3-11, Paulo, ainda conhecido como Saulo de Tarso, cai do cavalo e tem a visão de uma luz no céu que lhe pergunta o motivo de sua perseguição. Saulo então questiona: “Quem és tu, Senhor?”, e a voz responde: “Sou Jesus, a quem você persegue!”. Na mesma narrativa, Saulo é levado, cego, para Damasco, onde havia um discípulo chamado Ananias, o qual também recebeu uma visão, na qual foi instruído a impor as mãos sobre Saulo para que este fosse curado da cegueira.

⁴⁹ Questão já exposta no primeiro capítulo.

⁵⁰ Em uma família de ascendência nobre.

Ao pé da escada, estendia-se uma gigantesca serpente, preparando emboscadas aos que subiam e aterrorizando-os para que não o fizessem. O primeiro a subir foi Sático, que se entregou depois espontaneamente por nós, pois fora nosso mestre e não estava presente, quando fomos presos. Ao chegar ao topo da escada, virou-se e me disse: ‘Perpétua, estou esperando por você; mas tome cuidado para que a serpente não a morda’ (*Paixão*, 4.4).

Apesar de Deus ser a finalidade das obras cristãs, o protagonismo feminino sempre esteve presente nas narrativas dos mártires cristãos, visto que a alma é independente do sexo (*Orig.* 29). Além de Perpétua, há também a mulher que foi denunciada como cristã pelo marido⁵¹ e Agatonice em Pérgamo (HE, 6.15). Entre os que sofreram martírio sob Décio, Eusébio cita quatro mulheres: Ammonaria, Mercuria, Dionisi e outra de nome desconhecido (HE, 6.41). Dos mártires de Lyon, Eusébio cita Blandina, uma mulher chamada por ele de bem-aventurada e nobre atleta (HE, 5.1). Nem por isso essas mulheres foram associadas ao Montanismo.

Outro aspecto que poderia aproximar Perpétua do Montanismo seria a ausência de seu marido. Apesar de Perpétua ser apresentada como uma mulher devidamente casada, em nenhum momento seu marido aparece na narração dos acontecimentos. Não temos informações se ele estava vivo, morto ou se havia se divorciado dela, muito menos sobre o motivo de não ter reivindicado seu filho, que foi enviado para a casa do pai de Perpétua, sendo que os filhos são considerados propriedade do pai, e, mesmo após a morte, continuam a pertencer à família paterna.

As duas possibilidades menos prováveis para a ausência do marido de Perpétua seriam o divórcio ou a morte do marido. No caso do divórcio, isso parece contradizer a menção de Perpétua como uma mulher devidamente casada (*Paixão*, 2). Já a morte do marido parece se encaixar no contexto histórico em que possivelmente Perpétua viveu, dada a alta taxa de mortalidade da época. No entanto, ainda permanece a lacuna da família do homem não ter reivindicado a criança. Se Perpétua fosse viúva, isso certamente seria evidenciado, pois, no Cristianismo, as viúvas demandam uma atenção especial. Justino, o Mártir, refletindo sobre Isaías, diz:

Também o profeta Isaías, como citamos anteriormente, disse como fugiriam dos pecados aqueles que antes pecaram e agora se arrependem. Eis o que ele disse: ‘Lavai-vos, purificai-vos, tirai as maldades de vossas almas e aprendei a fazer o bem, julgai o órfão e fazei justiça à viúva’ (*Prim. Apol.* 61).

⁵¹ O nome dela não foi preservado, mas a história é mencionada por Justino (*Seg. Apol.* 2).

Tendo em vista que seu pai é quem assume a frente em seu problema jurídico, torna-se lógico que o tipo de casamento de Perpétua tenha sido *sine manu*, característico do Império. Ou seja, assim como muitas mulheres de seu tempo, Perpétua provavelmente optou por permanecer sob a *potestas* do pai. Isso levanta uma terceira hipótese sobre o marido de Perpétua: ele poderia ser de uma classe social inferior e, por isso, passou ou já pertencia à *domus* do pai de Perpétua. Não seria impossível, se levarmos em consideração a informação de que os contratos matrimoniais levavam em conta a opinião da mulher. Se Perpétua se casou apaixonada por alguém de uma classe inferior à sua, isso explicaria o motivo de seu marido e família não terem reivindicado a criança. Além disso, os cristãos sempre endossaram o casamento entre crentes (1 Cor 7:39), chegando até a descartar igualdade social como um requisito para que isso ocorresse. Tertuliano observa que a pobreza e a humildade não são obstáculos para uma esposa considerar seu marido, visto que o reino dos céus pertence aos pobres (*Ad Uxorem*, 2). Ele também menciona que algumas mulheres pagãs, em busca de liberdade, se juntam aos seus próprios libertos e escravos, desconsiderando a opinião pública. Da mesma forma, uma mulher cristã deve agir ao casar-se com um homem cristão sem posses, pois ela será dotada de um dote mais amplo, proveniente dos bens daquele que é rico em Deus (*Ad Uxorem*, 2.8). Se o marido de Perpétua fosse um liberto ou escravo cristão, parece razoável que ele não tenha aparecido em nenhum momento da *Paixão*, possivelmente por medo, assim como tantos outros cristãos que não vinham a público declarar sua fé.

São muitas as possibilidades em torno da ausência do marido de Perpétua, seja divórcio, morte ou medo; a verdade é que não sabemos o motivo dele não aparecer. As conjecturas somente nos oferecem os possíveis caminhos. Por isso, se a classificação da *Paixão* como um texto montanista depende da ausência do marido de Perpétua, podemos descartar a possibilidade, pois é o caminho mais vasto e cheio de possíveis explicações sem que haja uma definitiva.

O que resta são as menções ao Espírito Santo, talvez o elemento fundamental para afirmar que a *Paixão* tem uma forte tendência montanista. No entanto, o Espírito Santo é um elemento fundamental do próprio Cristianismo. O apóstolo Pedro teria convertido mais de 5 mil pessoas, guiado pelo Espírito Santo (At 4:4-8). Enquanto que Paulo afirmava que o corpo dos cristãos é templo do Espírito Santo (1 Cor 6:19), a isso se acrescenta várias outras passagens do novo testamento. Se esse for o caso, os próprios apóstolos Pedro e Paulo se

aproximam mais do Montanismo do que Perpétua. Como não é o caso, não dá para falar o mesmo de Perpétua.

Isso nos leva à conclusão de que não há razões para acreditar que Perpétua fosse montanista, pois: ela não era a líder do grupo, e em nenhum momento Perpétua fala em glossolalia, até onde consta na *Paixão* ela era devidamente casada, e as visões, martírios e o Espírito Santo fazem parte da cultura e doutrina cristã usuais de sua época.

O martírio de Perpétua constitui o ápice da *Paixão*. De acordo com o relato foi preparado para ela e a outra mulher do grupo com quem foi presa, Felicidade, uma vaca, algo em desacordo com o costume (*Paixão*, 20.1). No relato de Eusébio sobre os mártires de Lyon podemos averiguar qual era o costume na história de Blandina. Após ter saído viva de várias penalidades⁵², Blandina é posta para enfrentar um touro, onde finalmente teve seu fim (HE, 5.1). Os touros selvagens eram comumente empregados nas arenas, mas a vaca está totalmente fora do hábito dos romanos. No entanto, Gold (2014, p. 128), afirma categoricamente que a escolha do animal do sexo feminino foi para zombar da feminilidade delas. A *Paixão* parece afirmar algo parecido:

Às jovens, porém, o Diabo preparou uma ferocíssima vaca – algo em desacordo com o costume, fazendo coincidir o sexo da besta com o das mulheres. Foram levadas à frente despidas e cobertas com redes. O povo estremeceu diante de ambas: a primeira, uma jovem graciosa; a outra, há pouco grávida, os seios ainda lactantes (*Paixão*, 20).

No entanto, os motivos da escolha da vaca podem ser algo mais específico do que a feminilidade das duas mulheres. Pois Blandina também era mulher, nem por isso zombaram dela por ser mulher, muito pelo contrário, Eusébio fala que os pagãos confessavam que jamais entre eles uma mulher havia padecido tantos e tais suplícios (HE, 5.1.56), evidenciando que ficaram impressionados com a resiliência de Blandina.

A *Paixão* faz questão de narrar que Felicidade emanava leite dos seios. Outra coisa que é dita é que Perpétua confiou seu bebê a sua mãe e que Felicidade deu à luz no cárcere. Não sabemos quem é a pessoa que ficou com a filha de Felicidade, somente que era também cristã. A única pessoa que é mencionada visitando os mártires é a mãe, e um dos irmãos de Perpétua. Talvez junto com o bebê de Perpétua a mãe tenha levado também o filho de Felicidade, mas a *Paixão* provavelmente não quis mencionar para não levantar suspeitas

⁵² Açoites, feras e chamadas.

quanto a mãe de Perpétua ser cristã. Mas tratar sobre a quem Felicidade deu seu filho não é o foco e sim o ato propriamente dito. Ao contrário de muitas outras informações, a *Paixão* escolhe falar justamente que tanto Felicidade como Perpétua deram seus filhos para outras pessoas cuidarem.

Os avós das elites romanas tinham um papel importante na criação dos netos. Em termos de *pietas* era esperado que os avós cuidassem dos netos em momentos de necessidade independente de ser família paterna ou materna. Podendo, em alguns casos, deixar até uma herança para os netos. Um caso bem conhecido que destaca essa expectativa de apoio, está presente na carta de Plínio o Jovem ao senador Rufino:

Domício Tulo mostrou-se muito melhor na morte do que na vida. Pois embora ele tenha encorajado caçadores de heranças, ele deixou sua filha como sua herdeira, filha que ele tinha em comum com seu irmão; Bem, embora ela fosse filha de seu irmão, ele a adotou. Ele deixou inúmeros e esplêndidos legados para seus netos e também para sua bisneta (*Epístola*, 8.18).

Embora os avós pudessem oferecer suporte na criação dos netos, isso ocorria apenas em casos extremos. As comunidades cristãs guiadas pela noção de caridade também ofereciam um suporte aos filhos daqueles perseguidos por serem cristãos. Irineu de Lyon indica que o livro de Isaías estava presente nas primeiras comunidades cristãs e suas recomendações de cuidar dos órfãos e das viúvas eram seguidas e apreciadas (CH, 17.1). Primordialmente, o cuidado dos filhos era uma responsabilidade exclusiva dos pais. O historiador Tim Pakin sugere que ter filhos era considerado não apenas um objetivo desejável, mas também uma grande bênção pela mesma razão de que as crianças serão uma fonte de apoio na velhice, assim como os pais apoiaram seus filhos em seus primeiros anos: isso é esperado da *pietas*, um acordo recíproco às vezes imposto por meio de legislação (2011, p. 309). O cuidado dos pais para com os filhos era um dever. Além disso, o alto índice de mortalidade infantil fazia com que criar um bebê até a infância fosse considerado um tipo de sucesso. Portanto, é razoável supor que aqueles que optavam por delegar a criação dos filhos sem uma razão extrema fossem vistos pelos cidadãos romanos como um fracasso.

Nesse sentido, apesar de Gold afirmar que a vaca foi escolhida especificamente para zombar da feminilidade, ela também reconhece que as punições criadas pelos romanos eram extraordinariamente cruéis e frequentemente inventadas para menosprezar ou ridicularizar as circunstâncias específicas dos prisioneiros (GOLD, 2012, p. 132). Perpétua e Felicidade não

foram as primeiras mulheres a serem presas e a sofrer martírio por serem cristãs. A especificidade do caso reside no fato de que elas entregaram seus filhos para que outras pessoas cuidassem deles. O caráter jocoso está justamente nesse ato, já que, no Império romano, a educação das crianças de colo era responsabilidade exclusiva da mãe.

De maneira diferente do pai, que poderia descartar, penhorar ou vender a criança sem nenhuma repreensão, sendo, inclusive, assegurado pelo Estado, a mãe era vista como diretamente ligada ao cuidado e à criação dos filhos. No Digesto de Justiniano, há diversas legislações que revelam que o Estado romano garantia ao pai o direito de dispor do filho como bem entendesse. Um dos casos apresentados trata de um pai que penhora o próprio filho como pagamento de dívida (D.20.3.5), enquanto outro caso discute a licitude da venda de um filho de forma consciente a um comprador inconsciente (D.21.2.39.3). Evidentemente, o problema para os romanos não residia no ato de penhorar ou vender o filho, mas sim na garantia de que o comprador fosse devidamente compensado com a entrega da criança. Além disso, apologistas como Justino, o Mártir, denunciavam o abandono de crianças, afirmando: “Nós, por outro lado, a fim de não cometer pecado ou impiedade, professamos a doutrina de que expor os recém-nascidos é obra de perversos.” Ou seja, o homem poderia muito bem livrar-se de seus filhos, porém o ato de uma mulher entregar seus filhos a outros para que cuidassem deles era incompreensível e visto como um sinal de selvageria (HEFFERNAN, 2012, p. 344).

CAPÍTULO 3: A Paixão de Perpétua e Felicidade, Sonhos e a Pseudepigrafia Cristã

A *Paixão* utiliza diversos recursos para transmitir uma mensagem, cujo objetivo principal é encorajar e reconfortar cristãos em momentos de necessidade e provação. O próprio texto afirma:

Se os antigos exemplos da fé, que atestam a graça de Deus e levam à edificação do homem, foram postos por escrito, para que sua leitura, como que evocando o passado, honrasse a Deus e reconfortasse o homem, por que não registrar novos testemunhos, igualmente adequados a ambos os fins? Ora, tais exemplos serão um dia eles mesmos antigos e úteis aos que virão, embora sejam reputados hoje como de menor autoridade por uma pressuposta veneração ao passado (*Paixão*, 1.1.2).

Nesse sentido, o uso das histórias dos mártires como meio de propaganda é recorrente no Cristianismo. Relatos como o da *Paixão* cumprem uma função clara dentro do Cristianismo primitivo: edificar a comunidade e afirmar a veracidade da fé cristã por meio da disposição ao sofrimento e à morte. Tertuliano, para encorajar os cristãos, afirma que a mais refinada punição não significa nada; pelo contrário, serve como um incentivo para que a comunidade cristã cresça cada vez mais, pois “o sangue dos cristãos é semente” (*Apol.* 50). Eusébio de Cesareia, ao longo de quase toda a obra *História Eclesiástica*, ressalta que os cristãos que eram açoitados, torturados ou punidos por professarem sua fé e suportavam tudo com alegria, por proclamarem a religião do Deus do universo (HE, 8.9). A *Paixão*, conforme se depreende do texto, segue esse padrão de divulgação cristã através do martírio. Como dito nos capítulos anteriores, o intuito provavelmente era demonstrar que o Cristianismo portava uma verdade única. Ainda em Eusébio, podemos ver esse tipo de estratégia quando ele fala a respeito do combate de Apolinário ao Montanismo. De forma a colocá-lo retoricamente como um erro, Apolinário levanta as seguintes questões:

“Dos que começam a falar a partir de Montano e das Mulheres, há algum, amigos, a quem os judeus tenham perseguido ou alguém que os criminosos tenham assassinado? Nenhum. Nem se quer algum deles foi preso e crucificado por causa do nome? Também não. Nem se quer alguma das mulheres foi açoitada nas sinagogas dos judeus e apedrejada? Nem em parte alguma, em absoluto” (HE, 5.16).

E segue narrando a morte por suicídio de Montano e Maximila. A intenção de Eusébio e Apolinário é claramente contrapor os defensores do Montanismo, que é entendido por ambos como uma falsa doutrina, àqueles que têm aprovação geral como defensores da fé pela comunidade cristã: os mártires. Ou seja, os mártires seriam os portadores de uma verdade absoluta, a serem usados como argumento de autoridade em disputas teológicas. Nesse

sentido, a Paixão faz parte do costume de utilização do martírio como veículo de propaganda cristã.

Um dos mecanismos literários utilizados para transmitir essa ideia é o uso dos sonhos. Na *Paixão*, tanto Perpétua quanto o líder do grupo, Sátiro, são mencionados como responsáveis por escreverem seus próprios sonhos, sendo essa a parte mais emblemática de todo o texto. De acordo com Gold (2018, p. 23), esses sonhos podem ser alternativamente chamados de “visões”, visto que a própria Perpétua utiliza esse termo (*Paixão*, 4.1.2). No entanto, Heffernan (2012, p. 6) levanta uma questão interessante: com que tempo e com quais recursos Sátiro e Perpétua poderiam ter escrito na prisão?

Sabe-se que a educação romana era, em geral, transmitida no seio familiar, de modo que o aprendizado ocorria por meio da imitação e da instrução dos pais e outros parentes. O acesso à educação formal dependia da classe social, uma vez que os pais ou tutores precisavam pagar taxas aos professores. Além desse custo, a educação formal exigia o sacrifício de tempo não remunerado. Dessa forma, a educação das crianças oriundas de famílias pobres era voltada para atividade rural. Algumas eram enviadas para aprender com outras famílias, recebendo sustento em troca de seu trabalho como aprendizes, o que permitia a seus pais a economia dos custos de criação (SALLER, 2011, p. 125). Enquanto as crianças pobres recebiam uma educação voltada para a agricultura, as crianças nascidas em famílias da elite romana eram educadas para a vida pública, por meio do aprendizado da retórica e da literatura. Estas duas eram uns dos elementos mais complexos da educação, enquanto havia níveis mais básicos, como leitura, escrita e números (SALLER, 2011, p. 126).

Apesar de ser comum a ideia da exclusão das mulheres nos estudos, em algumas partes do império não havia uma divisão completa de gênero; portanto, algumas mulheres não eram impedidas de receber treinamento e educação⁵³. As mulheres educadas são frequentemente mencionadas em diversos pontos da literatura romana⁵⁴, tanto na República tardia como na época imperial. O poeta Juvenal destaca aquelas que citam Virgílio e Homero, aconselhando os homens a se manterem afastados daquelas que se esforçam para demonstrar

⁵³ Valério Máximo relata o discurso proferido por Hortênsia, filha do orador Hortênsio, afirmando: “Quando a ordem das matronas foi sobrecarregada com um pesado imposto pelos triúmviros e ninguém ousava conceder-lhes o patrocínio dos homens, ela defendeu a causa das mulheres diante dos triúmviros de forma consistente e bem-sucedida. Pois, ao evocar a eloquência de seu pai, conseguiu que a maior parte do dinheiro exigido fosse restituída a elas” (*Facta et Dicta Memorabilia*, 8.3).

⁵⁴ Obviamente de forma predominante que se trata de mulheres ricas e aristocráticas. Talvez até cortesãs de alta classe junto dessas poderiam ser educadas.

eloquência e erudição, chegando a afirmar que são muito melhores as que não compreendem tudo o que leem (*Sátiras*, 6.435). Ao citar essas mulheres, mesmo que de forma pejorativa, Juvenal nos revela que existiam muitas mulheres versadas na alta literatura latina e grega, ao ponto de gerar um desconforto que mereça ser escrito. Portanto, era evidentemente normal que mulheres de classe alta fossem educadas e até mesmo tivessem estudado retórica e filosofia (MORGAN, 2011, p. 518).

Perpétua é mencionada como alguém de educação privilegiada. Obviamente, caso tenha realmente existido, não poderia ser considerada apenas uma aprendiz. Como o pai de Perpétua é retratado como um homem que amava profundamente sua filha, mais até do que aos outros filhos, é de se supor que ela tenha recebido uma educação mais cara e sofisticada, possivelmente incluindo retórica e literatura. Ainda que Perpétua não tenha sido formalmente instruída nessas áreas, é fato que a *Paixão* é uma obra muito bem escrita, coesa e resoluta na mensagem que quer passar. Considerando sua posição social elevada, sua família teria condições de contratar um professor particular, permitindo-lhe progredir do ensino mais básico ao mais avançado que poderia, em princípio, conceder a Perpétua a habilidade de escrever a *Paixão*.

Quanto a Sátiro, não há informações diretas na *Paixão* sobre seu nível de instrução. O que pode oferecer alguma pista é o fato de ele ser descrito como mestre do grupo e de ter escrito as seções 11, 12 e 13. Até o séc. IV EC, entre os cristãos, não havia um sistema formal de ensino; contudo, por meio das narrativas sobre cristãos letrados, é possível perceber uma valorização do desenvolvimento intelectual. Irineu de Lyon, ao abordar o tema de que todas as coisas seriam igualmente boas, afirma que aqueles que defendem tal ideia não costumam se dedicar ao que é universalmente reconhecido como bom, como as virtudes, o trabalho, a honra e a arte. Ele acrescenta que todos deveriam começar por aprender música, aritmética, geometria, astronomia e outras disciplinas teóricas, em vez de se entregarem aos prazeres, à luxúria e aos vícios torpes (CH, 32.2). Alguns cristãos, inclusive, obtiveram educação por meio de mestres pagãos. Justino, o Mártir, por exemplo, foi instruído por um estóico, um peripatético, um pitagórico e um platônico, até chegar, segundo ele, à verdadeira filosofia: o Cristianismo (*Dial.* 8).

Apesar disso, é amplamente conhecido que apenas uma parcela ínfima da sociedade romana tinha acesso à educação sofisticada. Considerando que a *Paixão* indica ser Sátiro o autor das seções 11, 12 e 13, é razoável supor que ele também pertencesse a uma posição

social elevada. Além disso, como ele não estava com o grupo no momento da prisão, pode-se concluir que, diferentemente dos demais, não pertencia à *domus* de Perpétua. A menção dele escrever seu próprio sonho reforça a hipótese de que possuía instrução formal, uma vez que, como visto, a educação masculina entre a elite romana incluía leitura, escrita, retórica, literatura e matemática (MORGAN, 2011, p. 510).

Durante o tempo em que esteve na prisão, Perpétua relata ter ficado aterrorizada, pois jamais havia conhecido trevas tão densas, e o calor era sufocante devido à aglomeração (*Paixão*, 3.6). O historiador Brian Rapske explica que fatores como guerras, distúrbios civis, aplicação de decretos condenatórios, além de atrasos no processamento de casos, seja por volume excessivo, incompetência ou pura maldade, lotavam as prisões além da capacidade (RAPSKE, 1994, p. 196). Isso gerava consequências graves para os prisioneiros, incluindo o calor insuportável e a desidratação, como evidenciado na *Paixão*. Outro aspecto mencionado é o fato de Perpétua ter sido levada às masmorras, saindo de lá somente no momento em que entrega seu filho a sua mãe e irmão. Esse feito, de sair momentaneamente das masmorras, se deu mediante ao pagamento de suborno aos guardas e foi unicamente para executar a missão de entregar seu bebê. Ou seja, durante o período em que esteve sob custódia, Perpétua permaneceu a maior parte do tempo nas masmorras. Cássio Dio (58.3), ao relatar a prisão de Galo (30 EC), descreve que este não tinha nenhum companheiro ou servo consigo, não falava com ninguém e não via ninguém, exceto quando era obrigado a comer. De modo geral, as prisões não ofereciam sequer condições mínimas para o sono; a superlotação causava estresse físico e psicológico ao prisioneiro comum, e o confinamento solitário produzia efeitos semelhantes (RAPSKE, 1994, p. 198). Uma vez que a estrutura da narrativa da *Paixão* é muito bem feita e revela uma clareza e concisão de pensamentos, o texto não poderia ter sido redigido em tal lugar. No entanto, a precisão histórica com que o lugar é descrito leva a crer que a pessoa que redigiu a *Paixão*, esteve de fato em uma prisão romana, dado a familiaridade com que descreve, possivelmente se trata de alguém que teria acompanhado todos os detalhes da história contada de perto.

O estado de confinamento descrito na *Paixão*, assim como no contexto do Império Romano, não constituía a pena propriamente dita, mas sim um meio transitório que garantia o domínio físico e legal sobre determinada pessoa. A *Paixão* indica que a sentença de Perpétua era ser lançada às feras (*Paixão*, 6.5). Logo após o período de reclusão nas masmorras, ela foi

levada para uma prisão militar, a fim de cumprir sua sentença. Posteriormente, de forma mais específica, é revelado que Perpétua participaria dos jogos em homenagem a Geta (7.9).

Romanos de todas as classes sociais compareciam aos jogos, aprovavam-nos e deles gostavam, por proporcionarem sentimentos de redenção, justiça e entretenimento. A tortura e a morte, para o povo romano comum, eram consideradas necessárias e socialmente reconfortantes, um método de vingança contra aqueles que violavam as normas sociais. Os jogos, também chamados de *ludi Romani*, contavam com uma variedade de atrações, como combates de gladiadores, punições públicas de malfeitores, exibição de povos ou animais estrangeiros, corridas de carros e apresentações teatrais. Embora sua origem não estivesse diretamente ligada à noção de vingança ou justiça, desde a época de Augusto, Roma passou a executar criminosos de baixo status de maneira cada vez mais espetacular nas arenas (KYLE, 2015, p. 289). Uma das razões para isso foi a crescente popularidade dos jogos, que deixaram de ser eventos privados com foco religioso para se tornarem celebrações anuais financiadas pelo Estado. Com a institucionalização dos espetáculos públicos, surgiram variações de execuções ritualizadas de criminosos e, posteriormente, de cristãos. As penas variavam de acordo com a origem social da pessoa: cidadãos romanos eram, em geral, decapitados fora dos limites da cidade, de forma rápida e discreta. Já os criminosos de baixo status eram submetidos às *summa supplicia*⁵⁵, que incluíam queima, crucificação e exposição a feras selvagens (KYLE, 2015, p. 312)⁵⁶.

A exposição às feras selvagens tornou-se uma prática comum no Império⁵⁷, especialmente após os políticos passarem a oferecer *munera*⁵⁸ em troca de apoio popular. Os criminosos eram levados à arena quase ou totalmente nus, com cordas ou correntes ao redor do pescoço. Sua sentença era proclamada, e a pessoa condenada era amarrada a postes ou deixada sem armas, sendo então exposta à besta. Sob o governo dos Severos, a exposição a

⁵⁵ Pena máxima.

⁵⁶ O combate entre as bestas e os seres humanos se tornou comum conforme os políticos foram aderindo a ofertar o espetáculo, antes e na maioria das vezes a utilização dos animais era apenas para exibição. Além disso, se tratava de uma pena insultuosa destinada a indivíduos das mais baixas condições.

⁵⁷ Até mais que fogo, usado como uma antiga penalidade para aqueles que cometiam traição e incêndio criminoso. De acordo com as *XII Tábuas*, esses homens podiam ser amarrados, espancados e queimados vivos (*vivicomburium*, , *damnatio ad flammas*, *vivus uri*, *crematio*). Apesar de ser raro na República, as massas passaram a conhecer o fogo como uma ameaça e vingança. No Império, a execução por fogo era comum aos escravos por incêndio criminoso, deserção, magia, traição e principalmente aos cristãos.

⁵⁸ Espetáculos (Jogos) oferecidos ao povo.

feras era comumente aplicada a crimes como roubo, assassinato e sacrilégio. Embora Tertuliano denuncie o consumo de carne humana pelos animais nas arenas (*Apol.* 9), o historiador Kyle afirma que, na prática, havia um assistente especial responsável por evitar tal ocorrência. Segundo o autor, os animais tinham a função limitada de dilacerar, mutilar e atormentar suas vítimas condenadas. Embora pudessem matar, havia um assistente encarregado de circular pela arena e cortar a garganta dos prisioneiros, garantindo que estivessem mortos, como exigia a lei (KYLE, 2015, p. 331).

Por muito tempo, o sacrilégio esteve associado ao roubo; contudo, sob o governo dos Severos, foi estabelecido que a apropriação de bens privados constituía *furtum*, e não *sacrilegium*⁵⁹. Com isso, o sacrilégio passou a ser tratado como um crime distinto, geralmente relacionado a ofensas aos deuses. Ainda assim, a punição para o sacrilégio permaneceu a mesma destinada ao furto: a exposição às feras. Como os cristãos se recusavam a oferecer sacrifícios aos deuses romanos, passaram a ser enquadrados nos crimes de sacrilégio e de *lesa-majestade*, conforme afirma Tertuliano:

Sim, não oferecemos sacrifícios a outros pela mesma razão pela qual não os oferecemos a nós mesmos, ou seja, porque vossos deuses não são, de modo algum, referenciais para nossa adoração. Por isso somos acusados de sacrilégio e de traição. Esse é o principal fundamento de vossa perseguição contra nós (*Apol.* 10).

É durante a espera pelos jogos que, na *Paixão*, Perpétua sonha ser uma atleta. Apesar dessa questão já ter sido discutida anteriormente, permanece a pergunta: por que Perpétua usa em seu sonho justamente o atleta / gladiador como sinal de virtude ?

Apesar da associação comum dos gladiadores à parte mais vil e baixa da sociedade, havia também uma certa estima por eles, a ponto de alguns receberem sepultamentos dignos, o que contrastava com o costume reservado àqueles que infringiam as normas sociais⁶⁰. O fato de receberem um sepultamento digno indica que os gladiadores não eram compostos apenas por escravos e criminosos que lutavam pela sobrevivência. Muitas vezes, as lutas entre dois gladiadores não tinham a morte como finalidade, mas sim a medição de forças. Existiam tipos como os gladiadores veteranos, que obtinham lucro ao serem contratados temporariamente para aparições públicas nos jogos anuais. Tibério, por exemplo, chegou a pagar gladiadores aposentados 100.000 sestércios por suas aparições em espetáculos⁶¹. Essa dualidade fica

⁵⁹ D. 48.13.6.

⁶⁰ Que geralmente eram só depositados no rio fora da cidade.

⁶¹ Suetônio. *Tibério*, 7.1.

evidente quando consideramos que, em algumas partes do Império, os gladiadores eram tratados como atletas. Kyle afirma que, à medida que os combates de gladiadores se espalhavam para o Leste, os espectadores passaram a ver gladiadores e atletas como tipos semelhantes de lutadores, associando os gladiadores a valores atléticos (KYLE, 2015, p. 302-309).

Esse contexto híbrido entre desprezo social e valorização simbólica é essencial para compreendermos como Perpétua reinterpreta a figura do gladiador em seu sonho. Nesse sentido, a personagem Perpétua, assim como muitos espectadores dos jogos, parece ter mesclado a figura dos gladiadores com a dos atletas, especialmente quando menciona, em seu sonho, que lutará até a morte contra um egípcio e que em seguida, foi untada em óleo, como é costume nos combates (*Paixão*, 10.7). Vemos isso de forma mais clara quando ela fala que o mediador do duelo é o chefe dos gladiadores:

Como um mestre de gladiadores, portava um bastão em uma das mãos, levando na outra um ramo verdejante, de onde pendiam maçãs de ouro. Ele pediu silêncio e disse: ‘Caso este egípcio vença a mulher, ele a matará com a espada. Se vencê-lo, ela receberá este ramo’ (*Paixão*, 10.8.9).

Ao final, é mencionado que o próprio mediador, após uma saudação, encaminha Perpétua pela porta da Sanavivaria, por onde passavam os gladiadores vitoriosos (*Paixão*, 10.13). A personagem Perpétua mescla as figuras do atleta e do gladiador ao utilizar, em seu sonho, elementos típicos de ambos os mundos. A preparação com óleo e o formato do combate remetem às práticas atléticas gregas, enquanto a presença do “mestre de gladiadores”, o uso da espada e a menção à Sanavivaria evocam claramente os jogos gladiatoriais romanos. Essa fusão simbólica revela não apenas a forma como Perpétua ressignifica sua iminente participação nos jogos, mas também como o texto mobiliza referências culturais compartilhadas, entre virtude atlética e martírio cristão, para construir uma imagem heróica da personagem.

Uma vez que os jogos romanos tinham proporções exorbitantes e que romanos de todos os tipos o assistiam, não é infundado admitir que, caso Perpétua tenha realmente existido, ela provavelmente teve contato com esses espetáculos. Considerados violentos e vulgares, os jogos eram frequentemente alvo de críticas sobre a imoralidade de sua prática. Tertuliano, por exemplo, afirmava que os cristãos deveriam evitar os espetáculos romanos e se concentrar no “espetáculo da salvação” (*Spect.* 30), além de advertir as mulheres cristãs a se manterem afastadas dos gladiadores, mencionando que poderiam ser confundidas com as

mulheres pagãs, que segundo ele, entregavam seus corpos a esses homens. No entanto, como vimos, caso Perpétua tenha existido, antes de se converter ao Cristianismo, ela era, primeiramente, cidadã romana. De acordo com Tertuliano, o povo romano ora glorificava, ora degradava os gladiadores (*Spect.* 22). Cícero é uma personificação da atitude denunciada por Tertuliano. Em certo momento, ele parece condenar os jogos como algo fútil, passageiro e sem valor duradouro. Afirma que existem dois tipos de pessoas generosas: as liberais, que usam seu dinheiro em prol de um amigo, e as pródigas, que gastam com jogos, gladiadores e equipamentos de caça (*De Officiis*, 2.55). Mais adiante, entretanto, ele afirma, em tom elogioso, que um político chamado Milo comprou gladiadores para o bem da República (*De Officiis*, 2.58), o que contradiz sua crítica anterior, sugerindo que os gladiadores, que antes foram postos como fúteis, poderiam ser benéficos para o Estado.

Mas não só Cícero demonstrava essa ambiguidade. O curioso é que o cristão médio dava muito pouca, ou nenhuma, atenção aos críticos dos jogos, o que tornava muito difícil desabituar potenciais cristãos desse tipo de entretenimento. O pupilo de Agostinho, Alípio, antes de se converter totalmente ao cristianismo, assistiu a alguns jogos, mesmo que a princípio, tenha sido “forçado” pelos amigos. O próprio Agostinho narra que, ao ver a crueldade e a violência, Alípio ficou fixado e deleitava-se no prazer sangrento (*Confissões*, 6.8). Para Kyle, os cristãos também assistiam aos jogos e sentiam prazer neles, apesar das advertências para não comparecerem (2015, p. 331). Talvez por isso Tertuliano tenha insistido tanto na imoralidade dos jogos, a ponto de escrever um tratado sobre eles. O tema parece ter sido recorrente em Cartago, chegando até Agostinho, que escolheu justamente o relato da participação de seu pupilo Alípio nos jogos para inseri-lo em suas *Confissões*. Nas palavras do próprio Agostinho, foi o abismo dos costumes cartagineses, onde ferviam os espetáculos frívolos, que envolveu seu pupilo na loucura desse tipo de entretenimento.

Os jogos eram certamente muito famosos na Cartago proconsular, de modo que é impossível para quem quer que tenha escrito a *Paixão* não ter tido nenhuma espécie de proximidade com esse tipo de espetáculo. Essa suposição torna-se ainda mais plausível ao se considerar o contexto cristão mencionado anteriormente, no qual havia recorrentes exortações contra a participação em tais diversões. Ora, se essas advertências eram tão frequentes, é sinal de que não produziam o efeito desejado. Por essa razão, é razoável supor que, caso tenha existido historicamente, Perpétua presenciou ou, ao menos, ouviu falar sobre os jogos antes de seu martírio. Essa familiaridade se manifesta em sua visão, na qual ela mescla a figura dos

gladiadores com a dos atletas, tal como faziam diversos romanos que assistiam aos jogos com regularidade. Além disso, o apóstolo Paulo também parece adotar essa linguagem simbólica ao afirmar, em 2 Tm 4:7: “Combati o bom combate, terminei a carreira, guardei a fé”. Essa declaração pode ser interpretada como uma analogia à trajetória de um gladiador, especialmente à luz do versículo seguinte: “Desde agora, a coroa da justiça me está guardada, a qual o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia”. Segundo Kyle, os vencedores de corridas de carros romanas, seguindo a tradição grega, recebiam coroas como prêmio, e, em alguns casos, gladiadores que proporcionassem um bom espetáculo poderiam até ser libertos (KYLE, 2015, p. 262-273). Nesse contexto, Paulo, como cidadão romano, faz alusão aos jogos adotados desde a República e se identifica como um dos participantes, assim como Perpétua em seu sonho.

Dito isso, o autor da *Paixão* demonstra grande familiaridade com a cultura cartaginesa, revelando-se inserido no costume de mesclar as figuras dos gladiadores e dos atletas. Além disso, mostra conhecimento detalhado sobre as condições de uma prisão romana. Considerando a rapidez da condenação e as circunstâncias da prisão, é improvável que Perpétua ou Sátiro tenham redigido pessoalmente seus sonhos ou qualquer outro trecho do relato, dada a escassez de tempo, recursos e estabilidade emocional entre a prisão e o martírio. Os detalhes apresentados indicam que o autor conhecia profundamente a história de Perpétua e manifesta uma clara preocupação com sua honra. Ela é retratada como uma mulher presa com seu filho ainda bebê, cujo pai não é mencionado em nenhum momento. Apesar disso, o texto afirma explicitamente que ela é casada (*Paixão*, 2.1). Essa informação é priorizada em detrimento de dados como local, data e autoria do relato. Além disso, o autor não demonstra o mesmo cuidado com Felicidade, outra mulher em situação semelhante, também com um bebê, cujo pai igualmente não é citado. Isso sugere que o autor da *Paixão* nutria profunda simpatia por Perpétua, a ponto de desejar preservar sua imagem, o que levanta a hipótese de que pudesse ser um parente próximo.

Como mencionado anteriormente⁶², um dos recursos adotados na *Paixão* é a oposição entre o pai, que representa os valores romanos, e a mãe e o irmão, que seriam possíveis cristãos. Por se tratar de um texto cristão, supõe-se que o autor possa ser a mãe ou o irmão de Perpétua. No entanto, a mãe não se compromete em momento algum com a defesa do cristianismo; ela se limita apenas a receber o neto. Enquanto isso, a própria *Paixão* informa

⁶² No primeiro capítulo.

que um dos irmãos de Perpétua era catecúmeno (2.2), ou seja, preparava-se para o batismo. Não é infundado, portanto, sugerir que aquele que é catecúmeno seja justamente quem visita Perpétua e a aconselha a pedir a Deus uma visão (*Paixão*, 4.1), evidenciando que compartilha da mesma fé que a irmã. Ademais, o tom com que se dirige a ela é bastante semelhante àquele utilizado na seção 1 da narrativa. À primeira vista, isso poderia parecer óbvio e irrelevante, já que o texto apresenta coerência do início ao fim. No entanto, observa-se que o tom do pai de Perpétua, embora respeitoso e condizente com a narrativa, quando a chama de “senhora”, é distinto do tom usado pelo irmão. O pai o faz de maneira suplicante, enquanto o irmão emprega o termo com admiração pelo feito de Perpétua, de modo semelhante ao tratamento dado pelo narrador na seção 1, ao exaltá-la por evocar a “glória de Deus” (*Paixão*, 1.6). Na introdução, o autor opta por citar a passagem de Atos 2:17: “Nos últimos dias, derramarei do Meu Espírito sobre toda a carne; seus filhos e filhas farão profecias; derramarei do Meu Espírito sobre meus servos e servas; os jovens terão visões; e os velhos, sonhos”. Na sequência, a seção 1 da *Paixão* apresenta uma defesa explícita das visões e profecias. Curiosamente, o mesmo entusiasmo pelas visões aparece novamente no discurso do irmão de Perpétua, quando afirma: “Senhora, minha irmã, você desfruta de tamanho respeito de Deus que, caso peça uma visão, lhe será revelado” (*Paixão*, 4.1). Ele sequer a repreende por ignorar os apelos do pai, como seria esperado de um irmão. Pelo contrário, parece eufórico e entusiasmado, a ponto de sugerir que ela peça uma visão a Deus, pois não tem dúvidas de que ela a receberá. Por fim, além da mãe, ele é o único que visita Perpétua na prisão. Por isso, estava inteirado de suas condições e, sendo um cidadão romano, poderia ter assistido aos jogos em que sua irmã participou, observando todos os detalhes que, mais tarde, poderiam ser registrados no texto.

Ainda que não tenha sido o irmão de Perpétua quem escreveu a *Paixão*, como dito anteriormente, nem Perpétua nem Sátiro podem ter sido os autores. Nesse caso, a *Paixão* deve

ser vista como uma obra de pseudepigrafia⁶³, que era amplamente difundida no meio cristão durante o período em que se supõe que tenha sido escrita: séc. III EC.

Esse método de atribuição de escrita não tinha como objetivo enganar ou deturpar a autoria real das obras, mas, sim, conferir maior legitimidade ao conteúdo apresentado⁶⁴. Ao vincular suas ideias a personalidades respeitadas, os escritores que optavam por esse tipo de atribuição, buscavam atrair a atenção do público e garantir que suas obras fossem lidas, discutidas e preservadas ao longo do tempo. De modo que, um escritor que colocasse o nome de outro, mais famoso, no lugar do seu deveria ter o cuidado de satisfazer as expectativas do público, que seriam despertadas pelo pseudônimo. Por isso, na Antiguidade, era impensável que alguém ousasse escrever em nome de outro sem estar em pé de igualdade intelectual e

⁶³ Os textos pseudepigráficos cristãos muitas vezes se confundem com os livros apócrifos, e a distinção entre ambos não é sempre clara (HENZE, 2015, p. 39-40). No *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, “apócrifo” é definido como derivado do grego *apokryphos*, significando “escondido” ou “secreto”, termo que, com o tempo, adquiriu conotação depreciativa ao designar livros não canônicos. Já “pseudepigráfico” provém de *pseudes* (falso) e *epigraphe* (inscrição ou título), ou seja, “título falso”. Assim, obras pseudônimas estão frequentemente entre os textos classificados como apócrifos (COENEN; BROWN, 2000, p. 74). James Rhodes (1983, p. 15) observou que essa confusão se intensificou com os reformadores do século XVI, que passaram a classificar como apócrifos diversos textos do Antigo Testamento, sem distinções claras entre os tipos de exclusão. Estudos recentes, no entanto, têm mostrado que os textos pseudepigráficos não devem ser interpretados como fraudes, mas como resultado de uma prática literária comum na Antiguidade. Seus autores, ao considerarem suas mensagens importantes, adotavam nomes de figuras reconhecidas para alcançar maior autoridade. É importante desfazer a ideia de que a Igreja definiu o cânone de forma súbita e definitiva: o processo foi gradual. Os Pais Apostólicos raramente citavam diretamente escritos hoje considerados parte do Novo Testamento. A atitude dos escritores patrísticos frente às Escrituras variava conforme sua formação. De modo geral, os cristãos judeus seguiam o Antigo Testamento e parte da literatura apócrifa judaica, acompanhada por tradições orais sobre Jesus; já os cristãos helenizados citavam mais frequentemente textos que mais tarde seriam canonizados, embora não os considerassem ainda como “Escritura”. Além disso, ainda não havia a noção de citação exata nem de autoridade fechada dos escritos. Tanto os grupos judaicos quanto os helenísticos demonstravam conhecimento de textos que seriam incorporados ao Novo Testamento, frequentemente recorrendo a expressões tiradas desses escritos. Para aprofundamento, ver Montague R. James. *The Apocryphal New Testament*. New York: Oxford University Press, 1983. Para mais estudos ver Montague R. James. *The Apocryphal New Testament*. New York: Oxford University Press, 1983.

⁶⁴ A noção de pseudepigrafia é muito complexa, sendo que ela é um modo de atribuição. De forma que existem vários tipos de pseudepigrafia desde a apocalíptica à epistolar. Mas de forma geral, pseudepigrafia pode ser dividida em três categorias: as sérias, ficcionais e falsas. As sérias, são do tipo encontradas nos apocalipses judaicos relativos a livros como o de Daniel e Enoch, usados não em contextos proféticos, mas de erudição. Já as falsas seriam as literaturas cristãs que geralmente são textos proféticos. Enquanto as ficcionais seriam aquelas escritas para fins artísticos (DOBRORUKA, 2014, p. 135). Além disso, existem diferenças entre a pseudepigrafia judaica e cristã, bem como diferenças entre os livros localizados no novo e no antigo testamento. O tipo de pseudepigrafia que estou tratando é especificamente cristã.

sem possuir um estilo de escrita semelhante. Ocasionalmente ser de costume o aluno escrever em nome de seus mestres (DOBRORUKA, 2014, pp. 135-138).

Um exemplo notável dessa prática dentro da tradição cristã é a controvérsia em torno da autoria da *Carta aos Hebreus*, erroneamente associada ao apóstolo Paulo. O conteúdo transmite a ideia de que a mensagem de Jesus Cristo é superior à de Moisés, o que, em suma, representa a superioridade do Cristianismo sobre o Judaísmo. Eusébio de Cesareia nos oferece um pequeno resumo das discussões que envolvem essa carta. Ele afirma que, para muitos cristãos romanos, a *Carta aos Hebreus* não é de autoria do apóstolo, mencionando que um homem chamado Caio, a quem descreve como sapientíssimo, na tentativa de pôr fim ao acréscimo de novas escrituras por parte dos hereges catafrígios⁶⁵, faz uma enumeração de treze cartas autênticas de Paulo, deixando de fora a *Carta aos Hebreus* (HE, 6.20). Por outro lado, para Clemente de Alexandria, a carta é claramente de Paulo, mas, por ser direcionada aos “hebreus”, teria sido escrita em hebraico, sendo que Lucas, discípulo de Paulo, teria sido o responsável por traduzi-la e editá-la para o grego (HE, 6.14)⁶⁶. Essa explicação de Clemente está em contraste com a de Orígenes, que afirma que o conteúdo da carta transmite, sem dúvida, o espírito e o pensamento de Paulo, mas que o estilo e a composição são de outra pessoa, certamente um discípulo, que evoca a memória dos ensinamentos do apóstolo (HE, 6.25). Até o séc. IV EC, a carta foi aceita como genuinamente paulina pelos cristãos do Oriente, ao passo que, para os romanos, permaneceu a dúvida. Sabemos hoje que a carta não é de Paulo. Porém, por ser um documento extensamente utilizado e considerado apostólico em seus ensinamentos, foi atribuída a um apóstolo para que não fosse relegada às margens extracanônicas (HARDING, 2004, p. 135).

A escrita de pseudepígrafos em nome dos apóstolos fazia parte do processo pelo qual os primeiros crentes, tanto os “ortodoxos” quanto os “heterodoxos”, buscavam definir e estabelecer os limites entre a verdade e a falsidade. Segundo Harding, a pessoa (ou pessoas) que escreveram não só *Carta aos Hebreus*, mas outras erroneamente atribuídas a Paulo, era alguém que estava empenhado na defesa da fé cristã daqueles considerados detratores e hereges. O autor das cartas recorre a autoridade do apóstolo, e articula algo da força e

⁶⁵ Nome análogo ao Montanismo.

⁶⁶ Eusébio menciona também que alguns acreditavam que a *Carta aos Hebreus* foi escrita por Paulo, mas editada por Clemente de Roma, por conservarem um caráter estilístico semelhante, além de não se diferenciar muito o pensamento de um e outro escrito. Ao mesmo tempo que coloca essa afirmação sobre o título: *Da carta de Clemente e os escritos que falsamente lhe atribuem* (HE, 6.38).

dinâmica de sua personalidade, de modo que faz, de forma figurativa, Paulo falar de novo. E para o mesmo historiador os documentos pseudepígrafos relacionados a Paulo foram escritos para confirmar o conteúdo da fé paulina e apostólica para “salvação e felicidade eterna dos fiéis” (HARDING, 2004, p. 168).

Como vimos, o fato de algo ser escrito na Antiguidade indicava sua relevância, e provavelmente o martírio de Perpétua teve um impacto significativo, incluído-se numa tradição marcante, pelo menos na província cartaginesa, onde se assume que a obra foi escrita por volta do séc. III EC. Por isso, torna-se lógico que, assim como um autor que não foi Paulo tenha escrito a *Carta aos Hebreus*, também um desconhecido possa ter usado o nome de Perpétua e sua provável história para transmitir algo que considerava relevante, como encorajar virtudes no meio cristão.

CONCLUSÃO:

Ao longo do texto, aproximei a personagem Perpétua de figuras com história semelhante à sua. Demonstrei que a narrativa contida na *Paixão* não se trata de um caso isolado, mas está inserida em uma série de acontecimentos que formam uma verdadeira teia de fatos históricos, ligando o Cristianismo e o Império Romano. A própria Perpétua é uma personificação dessa teia, visto que o principal dilema apresentado na *Paixão* não reside apenas nos sonhos ou no martírio, embora esses sejam elementos importantes e centrais, mas na tríade de obediência: a seu pai, Estado e a Deus. Uma vez colocada diante da necessidade de escolha, Perpétua opta por seguir a Deus por meio do martírio. Vale observar que os outros dois caminhos também eram moralmente válidos e não necessariamente implicariam em sua morte ou no abandono da fé cristã. No entanto, de maneira curiosa, Perpétua escolheu o martírio, diferentemente de tantos outros cristãos que, apesar de oferecerem sacrifícios exigidos pelo Estado, mantinham-se cristãos em seu íntimo (BEARD, 2020, p. 508).

As comunidades cristãs não costumavam excluir deliberadamente aqueles que negassem o nome de cristão, causa de condenação. Pelo contrário, Eusébio afirma que eles os acolhiam de volta sem muitos julgamentos: “E se rogava pelos que o apedrejaram, quanto mais não faria pelos irmãos?” (HE, 5.2). No entanto, um mártir era muito mais glorificado do que aquele que negasse o nome. Eusébio ainda ressalta que as comunidades evidenciavam essa prática de acolhimento para evitar uma atitude desumana e inclemente para com aqueles que, após sua negação, viriam a se tornar implacáveis membros de Cristo. Apesar disso, o martírio era considerado algo glorioso na vida cristã, e quanto mais os fiéis eram martirizados e torturados, maior era a alegria da comunidade (HE, 8.9), pois se sentiam dignos de sofrer por causa do título de cristão (At 5:41). Se a Perpétua, para além da personagem de um texto cristão, de fato existiu, não é surpreendente que ela também tenha desejado participar dessa alegria, como o fizeram outros cristãos com trajetórias menos obscuras, como Justino, o Mártir, Irineu de Lyon, Blandina e o apóstolo Paulo.

Por ser o martírio um ato público, Heffernan o classifica como político, pois refletia a aprovação de uma comunidade, no caso a cristã, e a desaprovação de outra, o Império Romano (HEFFERNAN, 2012, p. 28-29). Nesse sentido, defendendo que a obra se configura como um meio de propaganda e divulgação, ao valorizar o Cristianismo por meio da decisão dos mártires de morrer em vez de renunciar à fé, rejeitando o Império Romano e os deuses que asseguravam sua existência. Os jogos eram, essencialmente, um ato político, e a

exposição dos condenados às feras ilustrava isso claramente, pois cumpriam dois objetivos: simbolizar o amplo domínio territorial de Roma e demonstrar sua capacidade de punir. O entusiasmo, e até o prazer, dos cristãos em morrer por sua fé confrontava as tradições romanas de punição pública, cujo propósito era inibir o crime e entreter a população de forma restauradora e satisfatória (KYLE, 2015, p. 335). Após Perpétua pedir uma visão, ela afirma que compreendeu que receberia o martírio e que havia perdido a esperança nesta vida (*Paixão*, 4.10). “Essa vida” pode significar perfeitamente sua condição e práticas quanto cidadã romana, o que sugere uma hierarquização simbólica, na qual as práticas romanas estão abaixo da fé cristã na “vida eterna”. Como ninguém se submeteria voluntariamente a mortes tão cruéis por uma mentira, o martírio funcionava, não só na *Paixão* mas também para os cristãos em geral, como uma estratégia política que evidenciava a superioridade do Cristianismo, posto que a voluntariedade tornava ineficazes as penas impostas pelo Império.

Embora a *Paixão* seja um texto de caráter propagandístico, ela não apresenta um autor claramente identificado. Aparentemente, foram necessárias três pessoas para sua composição: um autor anônimo (responsável pelas seções 1–2, 11.1 e 14–21) e dois personagens da própria narrativa, Perpétua (seções 3–10) e Sátiro (seções 11–13). Essa hipótese, contudo, apresenta uma dificuldade, pois a *Paixão* descreve a morte de ambos. Argumentei que, em teoria, Perpétua e Sátiro poderiam ter escrito parte da obra, considerando que Perpétua era de origem nobre e muito bem educada (2.1) e que Sátiro, possivelmente pertencente a uma *domus* diferente, poderia ter redigido suas seções antes de sua prisão definitiva. No entanto, o relato da morte dos dois, bem como a descrição da prisão e da sentença, torna inviável a autoria por parte deles. Dessa forma, aproximei a *Paixão* dos textos pseudepigráficos cristãos, com destaque para a *Carta aos Hebreus*, tradicionalmente atribuída a Paulo, mas reconhecida como um escrito que, apesar da “falsa” autoria, transmite de maneira estética e doutrinária o pensamento cristão. Assim, concluo que a *Paixão*, à semelhança da *Carta aos Hebreus*, pode não ter sido escrita pelas pessoas a quem é comumente associada, mas ainda assim comunica fielmente a mensagem que os cristãos buscavam propagar.

Essa dificuldade em identificar o autor real da *Paixão* pode ser explicada pela prática comum na Antiguidade conhecida como pseudepigrafia, em que autores atribuíram suas obras a figuras mais reconhecidas para conferir maior autoridade e legitimar a mensagem. Para os antigos, a escrita de algo significativo exigia que o autor fosse já uma pessoa famosa. A história do martírio de Perpétua, portanto, deveria ser amplamente conhecida, especialmente

na cidade de Cartago, onde se encontram as principais referências sobre o caso, como em Tertuliano (*An.* 55) e Agostinho (*Orig.* 12). Na mesma citação, Agostinho expressa dúvidas quanto à autoria do texto ao discutir o pós-morte do irmão de Perpétua⁶⁷. Ele afirma que a história deste não era canônica, dizendo: “Depois, o autor que a conta, seja a própria santa ou qualquer outro, não diz que a criança de sete anos estava morta sem batismo”. Essa observação revela sua incerteza quanto à autoria do relato do martírio de Perpétua. No entanto, quanto à existência de Perpétua, Agostinho não parece ter dúvidas. No sermão em razão do aniversário do martírio de Perpétua e Felicidade, ele afirma:

O retorno deste aniversário nos traz à memória e nos apresenta, em certo sentido, o dia solene em que, ornada com a coroa do martírio, as santas servas de Deus Perpétuas e Felicidade começaram a desfrutar da felicidade perpétua e em que, por terem se mostrado juntas como fiéis a Cristo no meio dos combates, elas mereceram que seus nomes fossem unidos, para representar sua recompensa (*Sermão*, 280).

Posto isso, afirmo que, embora Perpétua tivesse a capacidade necessária, ela não foi a autora do texto. No entanto, a fama atribuída a ela, evidenciada pela existência de um escrito pseudepigráfico em seu nome, pela dedicação de um sermão por parte de Agostinho, relativamente próximo, em termos cronológicos, aos eventos narrados na *Paixão*, bem como sua menção por autores contemporâneos aos acontecimentos, tanto em termos de data quanto de localização, como no caso da referência a Hilariano feita por Tertuliano, indicam que Perpétua existiu como uma figura histórica.

Além dos indícios externos à *Paixão*, como sua ampla circulação e as referências feitas por autores próximos com uma história menos nebulosa, o próprio texto também revela elementos que reforçam alguma autenticidade histórica. Um exemplo disso é a menção ao fato de Felicidade estar grávida e lactante na arena (*Paixão*, 20), algo que, no contexto cristão e romano, seria considerado motivo de vergonha. Ao contrário de Perpétua, em nenhum momento o texto indica que Felicidade era bem casada, bem é sabido que os cristãos eram entusiastas ferrenhos da família, não só eles como os próprios romanos, indicado pela quantidade de leis em volta dela. Felicidade era mãe de uma criança sem pai aparente, por se tratar de pessoas que foram batizados ainda na prisão é capaz que ela tenha tido uma vida antes de se tornar cristã um pouco menos moderada do que o Cristianismo exige.

⁶⁷ Mencionado no capítulo 2 como um possível trauma da família de Perpétua.

Ademais, ela foi exposta a uma multidão onde provavelmente havia membros da comunidade cristã que viram com os próprios olhos que Felicidade estava lactante, e estremeceram diante dessa revelação. Algo tão pessoal e intimista como ser lactante, indício de uma gravidez da qual não se tem uma paternidade clara, pode nos revelar uma falha na propaganda de virtude dos mártires. Sendo algo tão escandaloso, sabido por todos que foi impossível esconder na redação do texto. Pois bem, se fosse uma história falsa, para florear e inflar as virtudes, o autor teria omitido essa parte, vista por muitos como uma mancha na honra de Felicidade. Portanto, esses elementos internos, combinados à tradição externa e à análise da autoria, me permite afirmar que, embora a *Paixão* tenha sido utilizada como instrumento de propaganda cristã e apresenta características pseudepigráficas, a figura histórica de Perpétua, e muito provavelmente a de Felicidade, é autêntica.

Através da minha análise, creio ter demonstrado que a *Paixão* é uma construção literária de propaganda cristã, mas baseada em uma figura real, cuja história alguém julgou merecedora de ser contada para exemplificar aos cristãos as virtudes necessárias para se atingir a “coroa incorruptível”, isto é, a “vida eterna”.

FONTES

Para *História Eclesiástica* de Eusébio de Cesareia, *História Augusta*, *Sátiras* de Juvenal e para as *Cartas de Plínio, o Jovem*, Cássio Dio, Cícero, bem como para o *Sermão 280* e *Confissões* de Agostinho, utilizei as edições da Loeb Classical Library. Disponíveis em: <https://www.loebclassics.com/>.

Para os textos da Bíblia, usei: *Bíblia de Jerusalém*. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2020.

Para os textos de Justino, o Martir, usei *1 e 2 Apol* e *Dial*: Justin Martyr. *The First Apology, The Second Apology, Dialogue with Trypho, Exhortation to the Greeks, Discourse to the Greeks, The Monarchy of the Rule of God*. Washington: The Catholic University of America Press, 2008.

Para *Ad Uxorem, Spect, An, Ad Scapulam e Apol* de Tertuliano, usei: *De Viris Illustribus*. Vol. 23: Jacques Paul Migne. *Patrologia Latina*. Paris: Imprimerie Catholique, 1815-1875. Disponível em: https://www.documentacatholicaomnia.eu/25_10_30-_Volumina.html.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

ROBINSON, Joseph A. *The Passion of S. Perpetua*. New Jersey: Gorgias Press, 2004.

BARNES, Timothy D. *Tertullian: A Historical and Literary Study*. London: Oxford University Press, 1971.

BEARD, Mary. *SPQR: Uma História da Roma Antiga*. São Paulo: Planeta, 2020.

BUTLER, Rex D. *The New Prophecy and New Visions: Evidence of Montanism in The Passion of Perpetua and Felicitas*. Washington: The Catholic University of America Press, 2011.

CARCOPINO, Jérôme. *Roma no Apogeu do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COENEN, Lothar; BROWN, Colin. *Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Editora Vida Nova, 2000.

DIXON, Suzanne. *From Ceremonial to Sexualities: A Survey of Scholarship on Roman Marriage*. In: RAWSON, Beryl. *A Companion to Families in the Greek And Roman Worlds*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.

DOBRORUKA, Vicente. *Second Temple Pseudepigraphy: A Cross-cultural Comparison of Apocalyptic Texts and Related Jewish Literature*. Berlin: Walter de Gruyter GmbH, 2014.

GIORDANI, Mário C. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Vozes, 1968.

GOLD, Barbara K. *Perpetua: Athlete of God*. New York: Oxford University Press, 2018.

GONZALEZ, Eliezer. *The Fate of the Dead in Early Third Century North African Christianity: The Passion of Perpetua and Felicitas and Tertullian*. Tübingen, Germany: Mohr Siebeck, 2014.

- HARDING, Mark. *Disputed and Undisputed Letters of Paul*. In: PORTER, Stanley E. *The Pauline Canon*. Boston: Koninklijke Brill, 2004
- HEFFERNAN, Thomas J. *The Passion of Perpetua and Felicity*. New York: Oxford University Press, 2012.
- HENZE, Matthias. *Os pseudepígrafos do Antigo Testamento hoje: os antigos escritos de Israel na pesquisa moderna*. In: NOGUEIRA, Paulo Augusto de Souza. (Org.). *Apocrificidade: o cristianismo primitivo para além do cânon*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.
- JAMES, Montague R. *The Apocryphal New Testament*. New York: Oxford University Press, 1983.
- KELLY, John Norman D. *Patrística: Origem e desenvolvimento das doutrinas centrais da fé cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1994.
- KYLE, Donald G. *Sport and Spectacle in the Ancient World*. Chichester: John Wiley & Sons, 2015.
- RAPSKE, Brian. *The Book of Acts and Paul in Roman Custody*. Michigan: Grand Rapids, 1994.
- SALLER, Richard. *The Roman Family as Productive Unit*. In: RAWSON, Beryl. *A Companion to Families in the Greek And Roman Worlds*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.
- MORGAN, Teresa. *Ethos: The Socialization of Children in Education and Beyond*. In: RAWSON, Beryl. *A Companion to Families in the Greek And Roman Worlds*. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.